



Biocapitalismo e trabalho. Novas formas de exploração e novas possibilidades de emancipação

Andrea Fumagalli

As finanças no comando bioeconômico do trabalho vivo

Christian Marazzi

A sociedade: uma grande fábrica de produção de valor

Stefano Lucarelli

A financeirização como forma de biopoder

E mais:

>> **Wilson Vieira:**
Um projeto de nação nos
moldes de Celso Furtado

>> **Pedro de Alcântara Figueira:**
Marx: os homens são
o que fazem

Biocapitalismo e trabalho.

A presente edição, por ocasião do 1º de maio, foi inspirada pelo livro *Crisi dell' economia globale. Mercati finanziari, lotte sociali e nuovi scenari politici* (Crise da economia global. Mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos (em tradução livre) (Verona, Ombre Corte/Uninomade, 2009), organizada por Andrea Fumagalli e Sandro Mezzadra, e que será publicado, proximoamente, no Brasil.

Os autores do livro, já entrevistados em outras edições da revista IHU On-Line, contribuem, mais uma vez, analisando as características peculiares da atual crise financeira, que é uma crise da globalização tal como a conhecemos até hoje, a partir e sob a perspectiva das mudanças do mundo do trabalho.

A presente edição também pode ser um importante subsídio que prepara o XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana a ser realizado nos dias 13 a 16 de setembro de 2010.

Colaboram na discussão do tema de capa desta edição **Andrea Fumagalli**, economista, professor na Università di Pavia, Itália; o mestre de conferências na Universidade de Paris I Pantheon-Sorbonne, **Carlo Vercellone**; o professor e diretor de investigação socioeconômica na Universidade della Svizzera Italiana, **Christian Marazzi**; o professor da Universidade de Bologna, Itália, **Federico Chicchi**; e **Stefano Lucarelli**, professor da Università degli Studi di Bergamo, Itália.

Completam esta edição duas entrevistas e um artigo. Uma com o economista e professor do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal) e na Faculdade de Americana (FAM), **Wilson Vieira**, sobre o pensamento de Celso Furtado como inspiração para um projeto de nação para o Brasil. E a outra, com o historiador e filósofo **Pedro de Alcântara Figueira**, que analisa a obra de Karl Marx, autor que será objeto de estudo no próximo módulo do **Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010**, com o título *A (anti)filosofia de Karl Marx - Karl Marx, 1818-1883*, que inicia dia 17 de maio.

Enfim, “A televisão brasileira: pública ou privada?” é o tema do artigo de **Aléxon Gabriel João**, pesquisador do Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade (CEPOS), do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPG-CC) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos.

A todas e todos uma ótima leitura e uma excelente semana!

Expediente

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da **Revista IHU On-Line**: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br). Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br) e Patricia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br). Revisão: Vanessa Alves (vanessaam@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patricia Fachin. Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Greyce Vargas (greyceellen@unisinos.br) e Juliana Spitaliere. **IHU On-Line** pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuonline@unisinos.br. Fone: 51 3591.1122 - ramal 4128. E-mail do IHU: humanitas@unisinos.br - ramal 4121.



LEI DE
INCENTIVO
À CULTURA



Ministério
da Cultura



Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | **Stefano Lucarelli**: A financeirização como forma de biopoder

PÁGINA 11 | **Andrea Fumagalli**: As finanças no comando bioeconômico do trabalho vivo

PÁGINA 13 | **Carlo Vercellone**: Mais-valia: uma lei da exploração e do antagonismo

PÁGINA 19 | **Christian Marazzi**: A sociedade: uma grande fábrica de produção de valor

PÁGINA 21 | **Federico Chicchi**: Lado imaterial do trabalho não é suficientemente tematizado pelas teorias da modernidade industrial

B. Destaques da semana

» Entrevista da Semana

PÁGINA 26 | **Wilson Vieira**: Estamos construindo um projeto de nação nos moldes de Furtado

» Coluna do Cepos

PÁGINA 30 | **Aléxon Gabriel João**: A televisão brasileira: pública ou privada?

» Destaques On-Line

PÁGINA 32 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Agenda de Eventos

PÁGINA 37 | **Pedro de Alcântara Figueira**: Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem

» IHU Repórter

PÁGINA 41 | **Cecília Pires**



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

A financeirização como forma de biopoder

Stefano Lucarelli contribui no debate sobre a financeirização, perguntando com que regras pode ser administrado o fenômeno “população” no contexto do neoliberalismo, isto é, no novo regime de acumulação rebocado pelas finanças

POR CESAR SANSON E GRAZIELA WOLFART | TRADUÇÃO DE BENNO DISCHINGER

“**C**onsidero a financeirização (o que, em primeira instância, aparece como o deslocamento da poupança das economias domésticas para os títulos de ações), como a forma de controle social necessária para que a população contribua à reprodução das formas institucionais do novo capitalismo. O biopoder não é simplesmente uma forma de controle social, mas é um conjunto de técnicas de governo que representa um investimento na vida da parte das relações de poder”. A definição é do professor Stefano Lucarelli, em entrevista exclusiva concedida à **IHU On-Line**, por e-mail. E ele completa: “as técnicas, nas quais se concretiza o biopoder, mantêm certa ambiguidade: talvez se poderia dizer que os traços da sujeição e da subjetivação tendem a se sobrepor”. Lucarelli explica o que são os “efeitos riqueza”, e considera que os mesmos “não representam uma característica inata de todo consumidor, mas dependem da liquidez crescente que os mercados financeiros trazem. Os efeitos riqueza seriam então interpretados como uma transformação das relações sociais, uma característica da população que se torna objeto de biopoder. Num regime de acumulação puxado pelas finanças, o conjunto de técnicas de submissão-subjetivação se torna sempre mais incisivo, enquanto a poupança das economias domésticas é desviada para os títulos acionários. Aqui está o traço do biopoder”. Ao contextualizar o mundo do trabalho com a crise do capitalismo financeiro, Lucarelli entende que “a crise do fordismo é necessária, sobretudo ao capital, para restabelecer o seu controle sobre o trabalho e sobre a sociedade”. E continua: “Num regime de acumulação em que as finanças ditam a lei, as forças produtivas estão sujeitas a formas de controle que não se exaurem no comando direto. Para analisar estas modalidades de comando que se entrelaçam com as lógicas da produção e do consumo, a dicotomia foucaultiana sujeição/subjetivação é absolutamente decisiva”.

Stefano Lucarelli é professor no Departamento de Economia “Hyman P. Minsky” da Università degli Studi di Bergamo, Itália. Doutor em Economia Política pela Università Politecnica delle Marche, sua tese intitula-se *Cicli politici elettorali e finanziamento della sanità pubblica in Italia*. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é a atualidade da categoria biopoder proposta por Foucault para se compreender as mudanças em curso no capitalismo mundial?

Stefano Lucarelli - Preciso fazer uma indispensável premissa. Não sou um especialista do pensamento de Foucault¹. Comecei a estudar com ele nos

¹ Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a sua própria opinião de

si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a “tomada de poder” proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo cede a um soberano (concepção contratual jurídica-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes, uma pessoa está atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também pro-

curso oferecidos pelo grande pensador francês no Collège de France em dois efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em duas edições a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em <http://migre.me/vMiS> e a edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://migre.me/vMjZ>. Além disso, o IHU organizou, durante o ano de 2004, o evento Ciclo de Estudos sobre Michel Foucault, que também foi tema da edição número 13 dos Cadernos IHU em Formação, disponível para download em <http://migre.me/vMjD> sob o título Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética. Confira, também, a entrevista com o filósofo José Ternes, concedida à **IHU On-Line** 325, sob o título Foucault, a sociedade panóptica e o sujeito histórico, disponível em <http://migre.me/zASO>. (Nota da **IHU On-Line**)

1977-78 e 1978-79, já que me despertou curiosidade e fui estimulado pelo trabalho conduzido pela rede Uninemade, que desde 2003 iniciou um percurso possível de recomposição das inteligências críticas para construir um dispositivo de autoformação e debate para pesquisadores, estudantes e ativistas de movimentos. A finalidade é acentuar a necessidade de uma ciência da transformação do presente estado de coisas. Neste projeto, as categorias propostas por Foucault parecem decisivas: não só porque se pode, de tal modo, continuar uma análise do poder capitalista que concebe o poder como campo de *poderes*, isto é, como um conjunto de correlações entre formas institucionais de saberes e de práticas, mas também porque o próprio Foucault coloca o problema da produção de subjetividade. Nesta nossa conversação sobre a financeirização como forma de biopoder, veremos que o principal problema a enfrentar consiste precisamente na produção de subjetividade. Nos cursos no Collège de France, Foucault se esforça por delinear as características do conceito de biopoder², uma categoria que ele havia introduzido no último capítulo de *A vontade de saber*, de 1976. Naquele contexto, Foucault define biopoder como uma “grande tecnologia de duas faces, anatômica e biológica, que age sobre o indivíduo e sobre a espécie”. Nos anos subsequentes, ele procura clarear o nexo existente entre esta categoria e o paradigma neoliberal. No curso de 1977-78, ele enfrenta a gênese de um saber político que coloca no centro de suas preocupações a noção de população e os mecanismos capazes de assegurar sua regulação. A população não é simplesmente concebida como o conjunto dos “súditos de direito”, nem como um conjunto de braços destinados ao trabalho, mas como um conjunto de elementos que se conectam ao regime geral dos seres vivos e que pode funcionar como suporte de intervenções combinadas; neste contexto, biopoder é “o conjun-

2 Sobre esse tema, confira o evento XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana, que acontece de 13 a 16 de setembro de 2010. A programação completa pode ser conferida em <http://migre.bjnt.unisinos.br>. (Nota da IHU On-Line)

“O biopoder não é, pois, um conceito cristalizado de uma vez por todas”

to dos mecanismos graças aos quais os traços biológicos que caracterizam a espécie humana se tornam objeto de uma estratégia geral de poder”. Trata-se das modalidades de racionalização das técnicas de governo destinadas à “segurança”, que caracterizam o início da idade moderna: a saúde, a higiene, a natalidade, a longevidade e a raça em relação a uma população. Com o curso de 1978-79, é dado um passo em frente: Foucault estuda o modo pelo qual, a partir do século 18, a racionalização dos problemas levantados pela prática governamental dos fenômenos que caracterizam uma população é associada ao liberalismo. A pergunta que surge é: com que regras pode ser administrado o fenômeno “população” no contexto do “liberalismo”, aqui entendido como sistema atento ao respeito dos sujeitos de direito e da liberdade de iniciativa dos indivíduos? O biopoder não é, pois, um conceito cristalizado de uma vez por todas.

O que procurei fazer na minha contribuição sobre a financeirização foi perguntar com que regras pode ser administrado o fenômeno “população” no contexto do neoliberalismo, isto é, no novo regime de acumulação reboçado pelas finanças.

Neste contexto, considero a financeirização (o que, em primeira instância, aparece como o deslocamento da poupança das economias domésticas para os títulos de ações), como a forma de controle social necessária para que a população contribua à reprodução das formas institucionais do novo capitalismo. O biopoder não é simplesmente uma forma de controle social, mas é um conjunto de técnicas de governo que representa um investimento na vida da parte das relações de poder. As técnicas, nas quais se concretiza o biopoder, mantêm certa ambiguidade: talvez se poderia dizer que os traços da sujeição e da subjetivação tendem

a se sobrepor.

IHU On-Line - O senhor afirma que a financeirização da economia manifesta-se como biopoder. Como isso ocorre?

Stefano Lucarelli - Para responder a esta pergunta, é preciso recordar os principais acontecimentos que caracterizaram o capitalismo contemporâneo. Deflagrado em 1971 pela decisão unilateral dos EUA de decretar o fim dos acordos de Bretton Woods³, gerando a flexibilidade no mercado cambial, e acelerado pelas políticas monetárias de Volker⁴, de 1979, em concomitância com o acesso ao poder de Reagan⁵ nos EUA e de Thatcher⁶ no Reino Unido (a assim chamada contrarrevolução

3 Conferência de Bretton Woods: nome com que ficou conhecida a Conferência Monetária Internacional, realizada em Bretton Woods, no estado de New Hampshire, nos EUA, em julho de 1944. Representantes de 44 países participaram da conferência. Nela foi planejada a recuperação do comércio internacional depois da Segunda Guerra Mundial e a expansão do comércio através da concessão de empréstimos e utilização de fundos. Os representantes dos países participantes concordaram em simplificar a transferência de dinheiro entre as nações, de forma a reparar os prejuízos da guerra e prevenir as depressões e o desemprego. Concordaram também em estabilizar as moedas nacionais, de forma que um país sempre soubesse o preço dos bens importados. A Conferência de Bretton Woods traçou os planos de dois organismos das Nações Unidas - o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O fundo ajuda a manter constantes as taxas de câmbio, além de socorrer países com crises nas suas reservas cambiais, como no caso do Brasil e da Rússia, em 1998. O banco realiza empréstimos internacionais a longo prazo e dá garantia aos empréstimos feitos através de outros bancos. (Nota da IHU On-Line)

4 Paul Adolph Volker (1927): economista americano. Desde fevereiro de 2009, é presidente do Conselho Consultivo de Recuperação Econômica do presidente Barack Obama. (Nota da IHU On-Line)

5 Ronald Reagan (1911-2004): Ator norte-americano formado em economia e sociologia. Foi eleito governador da Califórnia em 1966, e se reelegera em 1970, com uma margem de um milhão de votos. Conquistou a indicação à presidência pelo Partido Republicano em 1980, e os eleitores, incomodados com a inflação e com os americanos mantidos há um ano como reféns no Irã, o conduziram à Casa Branca. Antes de ocupar a presidência, passou 28 anos atuando como ator em 55 filmes que não entraram para a história, mas que lhe deram fama e popularidade. Sua carreira no cinema terminou em 1964, em *The Killers*, único filme em que atuou como vilão. (Nota da IHU On-Line)

6 Margaret Hilda Thatcher (1925): política britânica, primeira-ministra de 1979 a 1990. (Nota da IHU On-Line)

monetária), o regime de acumulação, que foi se afirmando no decurso dos anos 1980, tem seu motor nos mercados financeiros: a modernização salarial favorece a rentabilidade da empresa e aumenta o valor dos títulos financeiros, dos quais também dependem os fundos de pensão, os fundos de investimento, os seguros e parte das retribuições dos trabalhadores. Estes últimos, sobretudo no decurso dos anos 1990 (os anos da *new economy*), foram sempre mais incentivados pelos Governos, pelos próprios sindicatos e pela opinião pública, no sentido de confiar os próprios rendimentos às bolsas. Como nos deixou claro Robert Boyer (já em 2001), no modelo de crescimento que emerge, a economia real e a economia financeira estão profundamente entrelaçadas: os perfis das empresas, mas também o consumo das famílias são redes do andamento das bolsas. Sustentar os rendimentos financeiros torna-se o imperativo do *manager* e o horizonte de realização de muitos pequenos poupadores (endividados). A própria “cartolarização” - a transformação dos créditos bancários em atividades negociáveis - é analisada como a última etapa da profunda transformação dos sistemas financeiros, iniciada no final dos anos 1970 e relacionada com a virada da política monetária estadunidense de outubro de 1979. O consumismo, que se desenvolveu nas fases de crescimento que precederam a contrarrevolução monetarista, era incentivado pelos aumentos salariais e voltado principalmente aos bens de massa standardizados; aquilo a que depois se assistiu é um consumismo que se manifestou acima de tudo na aquisição de estilos de vida, através do desenvolvimento da indústria cultural e do divertimento. Esta tendência é muito bem descrita nas *Cartas Luteranas* de Pier Paolo Pasolini⁷ (1975), onde ele reconhece a morte dos valores proletários na homologação dos comportamentos juvenis “sob

7 Pier Paolo Pasolini (1922-1975): cineasta italiano. Seus filmes são muito conhecidos por criticarem a estrutura do governo italiano (na época fortemente ligado à Igreja Católica), que promovia a alienação e hábitos conservadores na sociedade. Além disso, seu cinema foi marcado por uma constante ligação com o arcaísmo prevalecente no homem moderno. (Nota da IHU On-Line)

“O consumismo se tornou um fenômeno invasivo que toca os mais jovens, mas também os adultos”

o signo e a vontade da civilização do consumo”. A taxa de substituição dos “*status symbol*” é aumentada com o tempo, e o consumismo se tornou um fenômeno invasivo que toca os mais jovens, mas também os adultos.

Esta última fase ainda se desenvolveu num contexto de crescimento econômico, porém, no interior de um regime de acumulação *finance-led*, no qual o consumo não aumenta mais graças ao aumento dos salários (a quota dos salários sobre o produto total diminui), mas graças aos efeitos riqueza apoiados pelo *boom* das bolsas, num mundo em que parte das retribuições em contracheque (as *stock options*⁸), os salários diferidos (os fundos de pensão) e as poupanças das famílias se deslocam massivamente para as atividades financeiras. Quando o *boom* das bolsas perdeu a força dos anos 1990, a estrutura psicológica dos consumidores já estava comprometida. Em outros termos, os efeitos riqueza não representam uma característica inata de todo consumidor, mas dependem da liquidez crescente que os mercados financeiros trazem. Os efeitos riqueza seriam então interpretados como uma transformação das relações sociais, uma característica da população que se torna objeto de biopoder. Num regime de acumulação puxado pelas finanças, o conjunto de técnicas de submissão-subjetivação se torna sempre mais incisivo, enquanto a poupança das economias domésticas é desviada para os títulos acionários. Aqui está o traço do biopoder.

Devo acrescentar que a financeirização não se exaure somente na mudança dos comportamentos dos

8 *Stock options*: Programas de incentivo de longo prazo que permitem aos funcionários comprar ações da companhia onde trabalham por um preço abaixo do mercado. (Nota da IHU On-Line)

consumidores-poupadores. Também as lógicas inerentes aos investimentos das empresas se modificaram. O dinamismo da economia americana, durante os anos 1990, nos setores das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e das biotecnologias e seus efeitos invasivos sobre os setores tradicionais da economia, procede paralelamente à difusão de novas tipologias de mercados financeiros especializados na mercantilização dos direitos de propriedade intelectual (IPR⁹): o *NASD (National Association of Security Dealers) Regulation*, de 1984, que introduz a possibilidade de valorizar os *intangibles* (compostos prevalentemente de IPR) como vozes do ativo no balanço das empresas; a constituição do *Nasdaq National Market*: a modificação da lei sobre os fundos de pensão, de modo a permitir enormes fluxos de liquidez diante de empresas em déficit, mas de alta rentabilidade, levando em conta o potencial dos *intangibile assets*. A complementaridade entre mercados financeiros e o IPR foi o coração pulsante da *new economy* e representa a origem do superinvestimento, favorecido pela política das baixas taxas de interesse do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). A dinâmica dos investimentos privados como cota do PIB mostra que, entre 1992 e 2001, os investimentos privados aumentaram progressivamente, para depois despencar entre 2002 e 2003 (*Flow of funds of the United States*, 6 de dezembro de 2007). As raízes da crise desencadeada em 2007 devem ser buscadas nos anos da *new economy*. A crise brota do excesso de investimento nas novas tecnologias da informação e da comunicação e da exaustão das oportunidades de lucro oferecidas pelas novas tecnologias. Transferida e contida principalmente pela política monetária, a bolha enfim explodiu.

IHU On-Line - Que características assumem o trabalho na atual fase de expansão do capitalismo financeiro?
Stefano Lucarelli - Em primeira instância, pode-se dizer que o trabalho vai sempre se fragmentando mais ao

9 Da sigla em inglês: International Property Rights (IPR). (Nota da IHU On-Line)

longo da linha de produção, e isso põe em crise o próprio conceito de representação dos trabalhadores. A dinâmica dos mercados financeiros incide profundamente sobre as características que o trabalho assume: a partir da crise do paradigma industrial e fordista - que procede paralelamente ao abandono dos acordos de Bretton Woods - os mercados financeiros se tornam o lugar onde o processo de valorização, próprio de uma nova divisão internacional do trabalho, encontra uma (des)medida; uma medida sujeita às convenções financeiras. As convenções financeiras que se sucederam de 1993 até hoje e que puseram sob xeque-mate as políticas monetárias dos Bancos Centrais, afirmam-se no interior de um mesmo paradigma tecnológico, no qual o trabalho se atomiza. A recomposição de classe da multiplicidade dos vetores produtivos se complica. Como sustenta, por exemplo, Carlo Vercellone¹⁰, a figura do trabalho cognitivo assume particular relevância. No entanto, não creio que a definição de trabalho seja simples. É dificilmente contestável o que escrevia Adam Smith¹¹ em 1776: “não

10 Leia, nesta edição, uma entrevista exclusiva com Vercellone. (Nota da IHU On-Line)

11 Adam Smith (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica. *A Riqueza das Nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para um novo entendimento do mecanismo econômico da sociedade, quebrando paradigmas com a proposição de um sistema liberal, ao invés do mercantilismo até então vigente. Outra faceta de destaque no pensamento de Smith é sua percepção das sofríveis condições de trabalho e alienação às quais os trabalhadores encontravam-se submetidos com o advento da Revolução Industrial. O Instituto Humanitas Unisinos promoveu, em 2005, o I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. No segundo encontro deste evento, a professora Ana Maria Bianchi, da USP, preferiu a conferência *A atualidade do pensamento de Adam Smith*. Sobre o tema, concedeu uma entrevista à IHU On-Line número 133, de 21-03-2005, disponível em <http://migre.me/xQmm>. Ainda sobre Smith, confira a edição 35 do *Cadernos IHU ideias*, de 21-07-2005, intitulado *Adam Smith: filósofo e economista*, escrito por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível para download em <http://migre.me/xQnc>. Smith foi o tópico número I do *Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2009*, estudado de 13-04-2009 a 02-05-2009. O *Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010*, em seu primeiro módulo, falou sobre *Adam Smith: filósofo e economista*. Para conferir a programação do evento, visite <http://migre.me/xQsg>. (Nota da IHU On-Line)

“O trabalho vai sempre se fragmentando mais ao longo da linha de produção, e isso põe em crise o próprio conceito de representação dos trabalhadores”

os recursos naturais, mas o trabalho desenvolvido num ano é a base da qual cada nação extrai todas as coisas necessárias e cômodas da vida que consome num ano”.

Todavia, é difícil compreender realmente em que consistiria hoje a divisão do trabalho. Esta de fato mudou, tanto em escala nacional como em escala mundial, e a crise do fordismo é o sinal desta mudança. A crise do fordismo é necessária, sobretudo ao capital, para restabelecer o seu controle sobre o trabalho e sobre a sociedade. Num belo romance de 1989, que Paolo Volponi¹² dedica a Adriano Olivetti, *As moscas do capital* (Turim: Einaudi, 1989), as plantas de fícus falam com um terminal de computador. Fícus e computador são expressões daquele poder industrial que decide sobre a divisão do trabalho. A diferença é que os primeiros pertencem ao mundo fordista em plena crise, enquanto o segundo representa o que há de vir. Dizem os fícus: “Somos a criativa cultura industrial. Não temos mais ligações com a natureza e os climas ancestrais; nada nos inibe e nos condiciona. Temos o espírito e o metabolismo da empresa. Os dirigentes olham para nós para pensar e decidir”. Mas, o terminal é cínico e impiedoso na consciência das novas regras que vão se afirmando: “Sois o sinal de uma estação da indústria: plantas nanicas de relações humanas. Mas, hoje não é mais a época das “human relations”. Vocês não servem às automações, às “joint ventures¹³”, aos contratos; não influís sobre

12 Paolo Volponi (1924-1994): escritor, poeta e narrador italiano. (Nota da IHU On-Line)

13 Joint venture ou empreendimento conjunto: associação de empresas, que pode ser

os custos, nem sobre os lucros. Ainda sois projetados sobre a tratativa, sobre as mediações segundo as infiltrações político-sociais e também sentimentais. Não sois sequer patrimoniais, conversíveis, fracionáveis e não podeis adaptar-vos à velocidade do capitalismo hodierno, nem favorecer sua abstração. Ainda sois verdadeiros e até vivos”. O desafio dos fícus que, num ímpeto de raiva gritam ao computador que ele é construído para a negação da indústria e de sua cultura e não tem nenhuma função gerencial, é sancionada pelas seguintes afirmações: “O que ainda conta um dirigente? Atualmente é só o seu substantivo que corre entre os meus fluxos, codificado com um relevo e um cargo não muito relevante. Ainda devo explicar-vos que não há mais partes? Que agora só existem os programas e o sistema que eu posso estabelecer e desenvolver? Só conta o que eu introduzo, codifico, coleteo, calculo, transmito. Todo o resto está fora, também os implantes da energia às sociedades de todo tipo, as pessoas físicas e jurídicas, que são somente um material; figuras e volumes do passado que eu, a meu bel prazer, posso introduzir no presente e desenvolver no futuro”. As empresas, uma vez reorganizado o trabalho pelo desfrute das descobertas da informática, pretendem encurtar o tempo necessário à obtenção dos lucros, sendo que toda mediação é abolida. Vale a pena lembrar precisamente a história de Paolo Volponi, humanista, ex-dirigente da Olivetti, assumido pela Fiat e licenciado após menos de três meses, a poucas horas da aparição, na Unidade, de sua declaração de voto comunista para as eleições de 1975.

Na Itália, após a reestruturação tecnológica dos anos 1980 e após o abandono de boa parte da cultura industrial italiana, os trabalhadores se

definitiva ou não, com fins lucrativos, para explorar determinado(s) negócio(s), sem que nenhuma delas perca sua personalidade jurídica. Difere da sociedade comercial (partnership) porque se relaciona a um único projeto cuja associação é dissolvida automaticamente após o seu término. Um modelo típico de joint venture seria a transação entre o proprietário de um terreno de excelente localização e uma empresa de construção civil, interessada em levantar um prédio sobre o local. (Nota da IHU On-Line)

apresentam fragmentados, apavorados e incapazes de promover um conflito nas formas clássicas. No entanto, ainda há os mortos no lugar de trabalho, há as nocividades (físicas e mentais) que caracterizam a produção e que atingem os trabalhadores e o contexto social no qual a produção ocorre. E se multiplicam profissões que comportam um prolongamento não certificado da jornada laboral. Emergem até novas modalidades de conflito, mas estas investem sempre mais nas relações externas à fábrica, aqui entendida como o lugar tradicional da produção. Num regime de acumulação em que as finanças ditam a lei, as forças produtivas estão sujeitas a formas de controle que não se exaurem no comando direto. Para analisar estas modalidades de comando que se entrelaçam com as lógicas da produção e do consumo, a dicotomia foucaultiana sujeição/subjetivação é absolutamente decisiva.

IHU On-Line - O senhor afirma que “a construção de uma biopolítica é determinante para o próprio funcionamento da financeirização como forma de biopoder”. Como isso se manifesta na sociedade do trabalho?
Stefano Lucarelli - O capitalismo contemporâneo funciona através de dispositivos de sujeição-subjetivação. A produção de subjetividades resistentes pode ser paradoxalmente funcional a este regime de acumulação. Para se reproduzir, o capitalismo deve renovar-se e o faz sugando a linfa vital à população, que ele deixa viver. Basta pensar no debate atual sobre a *green economy*: o pensamento ecológico e a pesquisa política e de engenharia, que são dele derivadas, representam exatamente a base sobre a qual os mercados financeiros podem voltar a crescer. Subjetivação e submissão procedem *pari passo*, e por isso a construção de uma biopolítica pode ser determinante para o conjunto de técnicas que definem o biopoder.

IHU On-Line - A “biopolítica” apresenta-se como resistência ao “biopoder”. Como isso é perceptível nas novas resistências de exploração ao capital?

Stefano Lucarelli - Seguindo uma su-

“Subjetivação e submissão procedem *pari passo*, e por isso a construção de uma biopolítica pode ser determinante para o conjunto de técnicas que definem o biopoder”

gestão presente nos escritos de Toni Negri¹⁴ e de Judith Revel¹⁵, se pode definir a biopolítica como um poder constituinte. A construção de instâncias constituintes, em condições de não serem logo reabsorvidas nas relações capitalistas, é questão complexa. Numa discussão sobre as formas de resistência ao biopoder, é importante questionar-se por que o fordismo tenha entrado em crise. Com ele, entra em crise também uma forma particular da

14 Antonio Negri (1933): filósofo e político italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000, publica o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, ele vive entre Paris e Veneza, escreve para revistas e jornais do mundo inteiro e publicou, recentemente, *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt. Sobre essa obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da IHU On-Line, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior da dupla, *Império*. Ele foi apresentado na primeira edição do evento Abrindo o Livro, promovido pelo IHU, em abril de 2003. Em 2003, esteve na América do Sul (Brasil e Argentina) em sua primeira viagem internacional, após décadas entre o cárcere e o exílio. (Nota da IHU On-Line)

15 Marie Judith Revel (1966): filósofa francesa, é professora da Universidade de Roma - La Sapienza e colaboradora no Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade de Consenza e do Centro Michel Foucault (Paris). Suas pesquisas abordam o pensamento francês contemporâneo, particularmente a obra de Michel Foucault. Foi diretora da edição italiana dos *Ditos e Escritos de Foucault* (Feltrinelli, 1996-1998). Confira a entrevista concedida por Revel às *Notícias do Dia* do site do IHU, em 10-02-2009, *A passagem do capitalismo material ao imaterial cognitivo e a crise da representação política*, disponível em <http://migre.me/BjnQ>. (Nota da IHU On-Line)

sociedade do trabalho (para usar a terminologia que me propus). Isso pode ajudar a compreender o ponto de um romance nascido na Itália, *Vogliamo tutto* [Queremos tudo] de Nanni Balestrino¹⁶ (1971). Neste romance, emerge o fato de que os direitos dos trabalhadores não se conquistam somente graças a uma carta constitucional: as lutas operárias de 1969, na Itália, são necessárias a fim de que se chegue a um Estatuto dos trabalhadores (1970). Porém, há mais: a composição de uma classe que possa ser reconhecida nessas lutas é animada pelo ódio nos confrontos do trabalho de fábrica: “E nós éramos verdadeiramente todos a mesma coisa... a coisa que não tinha diferença era a nossa vontade, a nossa lógica, a nossa descoberta que o trabalho é o único inimigo e a única doença. Era o ódio que todos tínhamos por este trabalho e pelos patrões que nos obrigavam a fazê-lo. Era por isso que todos estávamos enfurecidos, e era por isso que, quando não fazíamos greve, entrávamos em benefício. Tudo isso para evitar aquela prisão onde nos tiravam a nossa liberdade e a nossa força todos os dias. Estes pensamentos, que eu tinha há muito tempo por minha conta, eu finalmente via que eram o que todos pensavam e diziam. E as lutas, que até então eu fazia por iniciativa própria contra o trabalho, acabei vendo que eram as lutas que todos nós podíamos fazer juntos e assim vencê-las.”

Um novo modo de regulação

Este nível de conflito produz direitos efetivos porque compele as instituições democráticas a definirem um modo de regulação à altura das reivindicações dos operários e da sociedade. Hoje, a composição de classe narrada por Balestrino não existe: quando se olha somente ao mundo do trabalho, emergem, em todo o caso, significativos episódios de luta (penso nas novas formas de luta que fizeram notícia em setembro passado na Itália) que falam tanto da debilidade quanto da força dos trabalhadores: os trabalhadores são débeis porque sofrem a fragmen-

16 Nanni Balestrini (1935): poeta e escritor italiano. (Nota da IHU On-Line)

tação da produção e são desambientados ante a mobilidade dos capitais, sob os quais o regime de acumulação contemporâneo se estrutura. Os trabalhadores tentam reconhecer-se entre si, tentam conceber-se como um grupo de interesses coeso. Os trabalhadores são indivíduos explorados, e o são quando trabalham ou quando não trabalham. Por exemplo, o caso INNSE¹⁷ nos mostra a força que há na subjetividade no momento em que organizam a luta, no momento em que põem em ação a própria inteligência, indo combater aqueles aspectos da produção capitalista que prejudicam os interesses do capital. Um importante sociólogo do trabalho italiano, Luciano Gallino¹⁸, escreveu que extrair indicações de caráter geral do caso INNSE parece uma temeridade. Todavia, o entrincheiramento de poucos operários sob altas estruturas, com o apoio de outros trabalhadores, e a solidariedade de quem se sente partícipe do sentido de desespero e de coragem daqueles operários, atinge um dos pontos nevrálgicos do novo capitalismo: a mídia, os processos informativos que assumiram um papel sempre mais incisivo na valorização de uma atividade produtiva qualquer. Com seu gesto, ditado por um lúcido desespero, os operários revelaram que uma fábrica em condições de saúde teria sido fechada para extrair algo útil do encerramento. São os interesses imobiliários, a cessão dos setores empresariais, as reestruturações, as operações de *Mer-*

17 A INNSE é uma fábrica metalúrgica de transformação de metais e está situada na Lombardia, Itália. Os 49 operários estavam em luta e protestavam há cerca de 14 meses com bloqueios de estradas, ocupação de instalações e até a “ocupação” de uma grua de 12 metros de altura, tudo para evitar o fecho da INNSE. O risco de fechamento era enorme, e seriam mais 50 famílias destrojadas pelo desemprego. Os 14 meses de esperança e raiva fez com que 49 operários se mantivessem firmes no seu local de trabalho, estando desde maio de 2008 no regime de “mobilidade”. O intenso clima que se gerou e a incansável perseverança e energia dos trabalhadores fizeram com que a fábrica fosse adquirida por um grupo italiano, e a manutenção dos postos de trabalho, garantidos. (Nota da IHU On-Line)

18 Luciano Gallino: sociólogo do trabalho italiano. Confira nas *Notícias do Dia* do site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, em 21-11-2009, o artigo que dele reproduzimos: *A economia, os governos e a fome no mundo*. O material está disponível em <http://migre.me/Bjfq>. (Nota da IHU On-Line)

gers & Acquisitions que caracterizam este capitalismo. Ante estas novas lógicas (financeiras) de maximização dos úteis de empresa, facilitadas pelas irresponsabilidades dos governos e dos sindicatos que aceitaram o enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores, é preciso repensar as formas do conflito. Foi sempre Gallino que teve a honestidade de relatar as palavras de um operário do INNSE que, nos microfones da Rádio Popular, dialogava com outro operário da CIM de Marcellina¹⁹: “O velho tipo de luta, a paralisação, não funciona mais. É preciso utilizar outras formas de luta”. Palavras que, em alguns âmbitos de movimentos (penso nos precários que organizam a Euro May Day Parade²⁰) são difundidas há tempo.

O conflito pode retornar, se se desenvolve uma coesão entre aqueles que sofrem a crise e se reassume a consciência que a luta paga. Permitam-me, uma vez mais, recorrer à literatura. Vasco Pratolini²¹ contou em *Metello* a longa greve que, no início do século 20, paralisou os canteiros de obras de Florença: “O grevista é um trabalhador que tomou consciência de sua condição de explorado e deliberadamente enfrenta a luta e sacrifícios cada vez maiores, onde reivindicar os seus direitos. Todas estas palavras são verdadeiras no momento da ação, mas depois? Quando uma paralisação se arrasta, como crescem as dificuldades, crescem as tentações. Durante uma greve, trata-se de resistir, isto é, de esperar”. As mesmas palavras valem também quando a luta assume uma forma diversa da paralisação. Hoje, no meu ponto de vista, as reivindicações do mundo do trabalho e as reivindicações no terreno das políticas sociais deveriam proceder conjuntamente.

19 C.I.M.: Calci Idrate Marcellina S.P.A. Empresa com sede em Marcellina (Roma, Itália), fornecedora de matérias-primas para construção civil e obras públicas, como cal hidratada em pó. (Nota da IHU On-Line)

20 Euro May Day Parade: evento de ação política contra a precariedade, promovido por trabalhadores de grupos feministas, anti-capitalistas e migrantes sobretudo no Leste Europeu, na data de 1º de Maio de cada ano. (Nota da IHU On-Line)

21 Vasco Pratolini (1913-1991): escritor italiano. Sua principal inspiração era o cotidiano na região da Toscana na primeira metade do século XX. A obra de Pratolini é identificada com o neo-realismo. (Nota da IHU On-Line)



Orações Ilustradas.

Acesse em www.ihu.unisinos.br

As finanças no comando bioeconômico do trabalho vivo

Com as transformações dos últimos 30 anos, os mercados financeiros passaram a representar a privatização da reprodução da vida, uma vez ultrapassada a sociedade salarial. São, portanto, um biopoder, defende Andrea Fumagalli

POR CESAR SANSON E GRAZIELA WOLFART | TRADUÇÃO DE BENNO DISCHINGER

Na visão do economista Andrea Fumagalli, a passagem do capitalismo fordista ao cognitivo, ou biocapitalismo, é caracterizada por dois elementos principais. O primeiro é a centralidade dos mercados financeiros, e o segundo é “que o processo de acumulação e valorização tende a fundar-se sempre mais sobre o envolvimento da vida no trabalho”. Na entrevista a seguir, concedida à **IHU On-Line**, por e-mail, Fumagalli afirma que “a crise das finanças é (...) crise da governança financeira do biopoder atual. Ficou enfraquecido o mecanismo de governança sócio-econômica, baseado no individualismo proprietário e na ideologia neoliberal, que caracterizara a passagem do capitalismo fordista industrial ao cognitivo bioeconômico”. Ele continua, argumentando que “as formas de comando do capital sobre o trabalho são formas de controle e de comando sobre as faculdades cognitivas dos seres humanos, e não apenas disciplinamento do corpo”. Para Fumagalli, “o processo laboral se individualizou. Isso significa que não existe mais uma classe homogênea de trabalhadores, tornada coesa por uma prestação laboral comum”. E dispara: “o mundo do trabalho é fragmentado e dividido”.

Doutor em Economia Política, Andrea Fumagalli é professor no Departamento de Economia Política e Método Quantitativo da Faculdade de Economia e Comércio da Università di Pavia, Itália. Seus temas de interesse são teoria macroeconômica, teoria do circuito monetário; economia da inovação e da indústria, flexibilidade do mercado de trabalho e mutação do capitalismo contemporâneo: o paradigma do capitalismo cognitivo, entre outros. Dentre seus vários livros publicados, citamos: *Il lavoro. Nuovo e vecchio sfruttamento* (Milão: Punto Rosso, 2006), *Bioeconomia e capitalismo cognitivo, Verso un nuovo paradigma di accumulazione* (Roma: Carocci Editore, 2007), e *La crisi economica globale* (Verona: Ombre corte, 2009). Andrea Fumagalli estará na Unisinos no próximo mês de setembro, participando do **XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana**, de 13 a 16 de setembro, quando falará sobre “A financeirização como forma de biopoder”. Veja a programação completa do evento em <http://migre.me/Bj4f>. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que marca a passagem do “capitalismo fordista” para o “capitalismo cognitivo”?

Andrea Fumagalli - A passagem do capitalismo fordista ao cognitivo, ou biocapitalismo, é caracterizada por dois elementos principais. O primeiro é a centralidade dos mercados financeiros. Eles, de fato, proveem o financiamento da atividade de acumulação, sobretudo no caso das produções cognitivas imateriais (conhecimento e espaço). Em segundo lugar, na presença de mais-valias, desenvolvem o papel de multiplicador da economia e de redistribuição da renda. Trata-se de

um multiplicador financeiro que induz uma distorção da renda diversamente daquele real keynesiano baseado no “*deficit spending*”. A polarização dos rendimentos que ele obtém aumenta os riscos de insolvência dos débitos que estão na base do crescimento da mesma base financeira e abaixa o nível médio dos salários. O endividamento crescente das famílias americanas e a insolvência referente aos mútuos imobiliários - que marcaram o elemento desencadeador da crise - não são senão o efeito de um processo de distribuição regulado e comandado pelos próprios mercados financeiros. Mas, a

fusão das finanças não se exaure aqui. Nos últimos 30 anos, ela substituiu o Estado como assegurador social (canalização forçada de parte crescente dos rendimentos do trabalho - previdência, instrução, saúde). Deste ponto de vista, os mercados financeiros representam a privatização da reprodução da vida, uma vez ultrapassada a sociedade salarial. São, portanto, um biopoder. Ou melhor, enquanto biopoder, as finanças são um dos elementos do comando bioeconômico sobre as forças do trabalho vivo. A crise das finanças é, portanto, crise da governança financeira do biopoder atual.

Ficou enfraquecido o mecanismo de governança sócio-econômica, baseado no individualismo proprietário e na ideologia neoliberal, que caracterizara a passagem do capitalismo fordista industrial ao cognitivo bioeconômico.

O envolvimento da vida no trabalho

O segundo elemento é que o processo de acumulação e valorização tende a fundar-se sempre mais sobre o envolvimento da vida no trabalho, e isso ocorre, em primeiro lugar, com a utilização prevalente da linguagem e da atividade relacional. A linguagem está na base dos processos de aprendizagem, enquanto a capacidade relacional determina os processos de rede (network). Linguagem e rede são os fatores que constituem a geração e a difusão do conhecimento como motor nevrálgico da produção de mais-valia. Um primeiro efeito é que se reduz o processo de distribuição da renda, fundado na possibilidade de um pacto social que ligue a estrutura salarial às modalidades de acumulação material. O segundo é interiorizado no centro do corpo humano, e isso produz novas formas de alienação e novas doenças de estresse psicofísico.

IHU On-Line - O senhor afirma que diferentemente do paradigma fordista anterior, na nova dinâmica do capitalismo, alteram-se as coordenadas espaço-tempo. Como isso ocorre?

Andrea Fumagalli - A imaterialidade, hoje presente em boa parte da atividade de produção, torna impossível uma mensuração adequada da produtividade individual e, por conseguinte, social. A cooperação produtiva produz “des-medida”. Tal desmedida redefine de modo novo o tempo e o espaço. O que hoje aparece como não mensurável (des-medida) é a gestão do tempo e do espaço. Não é por nada que, após uma secular redução, o tempo efetivo de trabalho tenha constantemente aumentado nos últimos trinta anos. O espaço físico-territorial e o espaço virtual da Internet agitam os novos conflitos. Não é por acaso que a questão ecológica, ou seja, a sustentabilidade do território e do ambiente, tenha

“O endividamento crescente das famílias americanas e a insolvência referente aos mútuos imobiliários - que marcaram o elemento desencadeador da crise - não são senão o efeito de um processo de distribuição de fato regulado e comandado pelos próprios mercados financeiros”

chegado a um ponto de extrema criticidade. E não é por acaso que, sobre a regulamentação da Internet, se jogue uma partida decisiva, tanto no que se refere aos direitos de propriedade intelectual como no referente às formas de controle social.

IHU On-Line - O conceito de mais-valia proposto por Marx precisa ser revisto com o advento do capitalismo cognitivo? Como se dá hoje a mais-valia?

Andrea Fumagalli - No capitalismo cognitivo (biocapitalismo) é preciso redefinir o conceito de trabalho produtivo. Hoje assistimos a uma extensão do trabalho produtivo que amplia a base da acumulação. O que, no fordismo, era considerado “capitalisticamente” improdutivo, hoje se torna produtivo. Um exemplo é fornecido no trabalho de reprodução (processo de feminilização do trabalho) e na atividade de consumo (processo de brandização, mercificação dos símbolos e da linguagem, bem como do espaço, “commodification e gentrification”). Já que tais processos são resultados de uma atividade social que se desenvolve no tempo (ou seja, é dinâ-

mica: economias de aprendizagem e de rede), a mais-valia é hoje definível como expropriação (desfrutamento, exploração) da cooperação social.

IHU On-Line - A categoria *general intellect* sugerida por Marx tem sido revisitada. Qual é a sua novidade no denominado capitalismo cognitivo?

Andrea Fumagalli - Nos Grundrisse¹ (fragmento sobre as máquinas), o conceito de “*general intellect*”² tinha sido pensado por Marx como o resultado do progresso científico encarnado na máquina. Hoje, o *general intellect* tem a ver com o “bios” do gênero humano. Assistimos a um modelo antropogenético da produção, onde o corpo humano (Mente, sentidos, coração, nervos) se tornou o capital “maquinino” [maquininal] da produção.

IHU On-Line - Por que o modo de produção hoje assume características “biopolíticas”?

Andrea Fumagalli - As formas de comando do capital sobre o trabalho são formas de controle e de comando sobre as faculdades cognitivas dos seres humanos, e não apenas disciplinamento do corpo. A disciplina da fábrica, atuada através dos tempos pela máquina física, tende hoje a ser substituída por processos de controle social e cerebral, que impelem para formas de autocontrole e autorrepressão. Hoje, o biopoder é controle dos processos formativos e construções de imaginários que tendem a subsumir a vida dos indivíduos.

IHU On-Line - Onde se situa e como

¹ Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Elementos fundamentais para a crítica da economia política): é um manuscrito de Karl Marx, completado em 1858. Sobre o tema, a IHU On-Line entrevistou Jorge Paiva. A entrevista “Grundrisse” de Marx. Um outro paradigma teórico para os desafios contemporâneos está disponível em <http://migre.me/BiPa>. (Nota da IHU On-Line)

² Sobre esse tema, confira na edição 161 da revista IHU On-Line, de 24-10-2005, a entrevista concedida por Paolo Virno, intitulada “O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso”, disponível para download em <http://migre.me/BiXV>. Leia, também, a entrevista concedida por Giuseppe Cocco às Notícias do Dia 22-04-2007 do site do IHU: “Já saímos da sociedade salarial. Mas isso não tem nada a ver com o fim do trabalho, nem com o fim do emprego”, disponível para download em <http://migre.me/Bj2t>. (Nota da IHU On-Line)

“O que hoje aparece
como não mensurável
(des-medida) é a gestão
do tempo e do espaço”

se manifesta a resistência operária nos dias de hoje?

Andrea Fumagalli - A mais-valia é hoje gerada, atribuindo valor às “diferenças”. O processo de acumulação não é caracterizado por rigidezes dicotômicas (tempo de trabalho - tempo livre, produção - reprodução, produção - consumo, trabalho manual - trabalho intelectual etc.), mas se fundamenta sobre a exploração flexível das individualidades através dos imaginários e o resgate da necessidade (precariedade). O processo laboral se individualizou. Isso significa que não existe mais uma classe homogênea de trabalhadores, tornada coesa por uma prestação laboral comum (exemplo: o operário-massa). O mundo do trabalho é fragmentado e dividido. Cada segmento do mercado do trabalho pode desenvolver resistências e conflitos, mas sozinho não está em condições de atingir uma massa de impacto suficiente para incidir em nível social. A resistência operária é uma delas, mas isolada não basta. É preciso acrescentar à luta e à resistência em cada condição laboral a capacidade de desenvolver processos de recomposição social. E tais processos só podem intervir no território (porque o território é hoje o lugar da produção) e no terreno do Welfare como instrumento de remuneração (não de assistência) e a vida posta a trabalhar. Por isso, sou favorável à proposta de uma renda básica incondicionada como instrumento de recomposição social.

LEIA MAIS...

>> Andrea Fumagalli já concedeu outra entrevista à IHU On-Line.

* “Os mercados financeiros são o coração pulsante do capitalismo cognitivo”. Publicada na revista IHU On-Line número 302, de 03-08-2009, disponível em <http://bit.ly/boM7zF>

Mais-valia: uma lei da exploração e do antagonismo

Para Carlo Vercellone, a lei da mais-valia exprime a racionalidade econômica do capitalismo no que ela tem de mais essencial, sob todas as suas formas: o de ser um sistema orientado para a acumulação ilimitada do capital

POR CESAR SANSON E GRAZIELA WOLFART | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

Na entrevista que concedeu, por e-mail, à IHU On-Line, Carlo Vercellone se concentrou na questão referente à lei do valor e sua crise na passagem do capitalismo industrial ao capitalismo cognitivo. “A origem e o sentido histórico da lei do valor tempo de trabalho estão estreitamente ligados à configuração da relação capital-trabalho que se desenvolve após a revolução industrial. É nesta conjuntura histórica que a racionalidade econômica do capital, isto é, de lei da mais-valia, toma, com efeito, diretamente, o controle, e afirma seu empreendimento tanto sobre a esfera da produção como sobre a das necessidades, impulsionando progressivamente a lógica da produção/consumo de massa de mercadorias”. Na visão de Vercellone, “a lei do valor tempo de trabalho se afirma (...) como a expressão concreta de uma prática gerencial de ‘racionalização’ da produção e de abstração do próprio conteúdo do trabalho, a qual fez do tempo do relógio e depois do cronômetro os meios por excelência para quantificar o valor econômico saído do trabalho, a fim de prescrever os modos operatórios e aumentar a produtividade”. E Vercellone define capitalismo cognitivo como “a passagem do capitalismo industrial a uma nova forma de capitalismo no qual a dimensão cognitiva e imaterial do trabalho se torna dominante do ponto de vista da criação de valor e da competitividade das empresas. Neste quadro, a questão central da valorização do capital e das formas de propriedade conduz diretamente à apropriação capitalista do comum e à transformação do conhecimento numa mercadoria fictícia”. Ao final da entrevista, Vercellone adiciona uma breve bibliografia, considerando a importância teórica do debate sobre a crise da lei do valor.

Mestre de conferências na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne, Carlo Vercellone é membro da Unidade de Pesquisas Matisse-Isys (<http://matisse.univ-paris1.fr>). Especialista da história econômica da Itália, é o organizador da obra coletiva *Sommis-nous sortis du capitalisme industriel?* (Paris: La Dispute, 2003). Vercellone é autor de *Accumulation primitive du capital* (1861-1980), *Industrialisation et rapport salarial: une application au cas italien* (Paris: L'Harmattan, 1999). Confira a entrevista.

IHU On-Line - No centro da crise do capitalismo, encontra-se a crise da lei do valor-tempo de trabalho. Em que sentido, a lei do valor/ mais-valor, constitutiva da racionalidade econômica do capitalismo industrial e de sua força progressiva encontra hoje limites estruturais?

Carlo Vercellone - Esta questão me parece essencial. Para responder, considero importante precisar previamente o que se entende pela lei do valor tempo de trabalho e em que consiste sua articulação com a lei da mais-valor. Num segundo passo, analisarei as causas que explicam o funcionamento e a força progressiva da lei do valor/ mais-valor no capitalismo industrial, e depois, sua crise no capitalismo cognitivo. Começamos, pois, por definir a lei da mais-valor. Ela exprime, com efeito, a racionalidade econômica do capitalismo no que ela tem de mais essencial, sob todas as suas formas: o de ser um sistema orientado para a acumulação ilimitada do capital. Encontraremos esta ideia na célebre fórmula geral de *O Capital*¹ de Marx ($M-A$)², onde a valorização do capital é um processo que não conhece limites na própria medida em que seu objetivo não é nem o consumo, nem o valor de uso, mas a acumulação da riqueza abstrata representada pelo dinheiro. A mercadoria e a produção são, para o capital, simples meios para atingir este fim, isto é, a acumulação da moeda por ela mesma, e isso a fim de aumentar sem cessar o poder de comando que a moeda lhe confere sobre a sociedade e o trabalho, permitindo justamente apropriar-se (de maneira direta ou indireta) de um mais-valor.

Neste sentido, na linha de A. Negri, pode-se afirmar que a lei da mais-valor se apresenta globalmente e de mane-

¹ Confira, nesta edição, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam*, mas o que fazem, com o historiador e filósofo Pedro de Alcântara Figueira. (Nota da IHU On-Line)

² Em português: M (mercadoria) – D (dinheiro) – M (mercadoria). Através desta fórmula, já se constata o lugar típico do dinheiro *entre* as duas mercadorias, submetido, assim, à avaliação das pessoas participantes da troca quanto à equivalência qualitativa das mercadorias. Não é o dinheiro, neste caso, que domina a troca, senão a *consciência da qualidade dos objetos* a serem trocados, tendo o processo $M - D - M$ como pressuposto e, igualmente como resultado, a mercadoria concreta. (Nota da IHU On-Line)

“A lei da mais-valor (...) engendrou a lei do valor tempo de trabalho como um subproduto e uma variável dependente”

ra indissociável como uma lei da exploração e do antagonismo. Ela precede, tanto de um ponto de vista lógico como histórico, a lei do valor, fazendo do tempo de trabalho a substância e a medida do valor das mercadorias. Também é por isso que eu rejeito a visão de certo marxismo que eu qualificaria de ricardiano e segundo o qual a lei do valor tempo de trabalho teria encontrado sua origem num modo mítico de produção mercadológica simples, constituída por trabalhadores independentes para se estender, num segundo tempo, ao capitalismo³.

³ Na tradição marxista coabitam, - como Negri (1992) o sublinha com justo título, - duas concepções da teoria do valor. A primeira insiste na dimensão qualitativa da relação de exploração sobre a qual repousa a relação capital-trabalho, relação que pressupõe a transformação da força-trabalho em mercadoria fictícia. É o que nós chamamos a teoria do valor-mais-valor. Ela apreende o trabalho abstrato como a substância da fonte comum do valor numa sociedade capitalista regida pelo desenvolvimento das relações mercantis e da relação salarial. Ao lado desta forma quantitativa, existe uma segunda concepção sobre o problema quantitativo da determinação do tamanho do valor. Ela considera o tempo de trabalho como o critério mensurador do valor das mercadorias. É o que nós chamamos a teoria do valor tempo de trabalho. Temos aí, a nosso ver, uma concepção mais ricardiana que marxiana da teoria do valor-trabalho à qual, como em Ricardo, se faz remontar a genealogia a um modo hipotético de produção mercantil simples, para se estender imediatamente ao capitalismo. Com efeito, em Marx, inclusive no primeiro livro de *O Capital*, a lei do valor-trabalho é concebida diretamente em função da lei da mais-valor, e ela não tem nenhuma autonomia relativamente a esta última, isto é, à lei da exploração. A este propósito, é preciso reter na mente como estando aí, incluída no primeiro capítulo do livro I de *O Capital*, a escolha muito controvertida de Marx de partir da análise da mercadoria, que nada tem a ver com a hipótese de uma sociedade mercantil simples, que teria precedido o capitalismo. Resulta, em troca, a necessidade de mostrar como é a transformação da força de trabalho numa mercadoria fictícia e, portanto, a articulação entre seu valor de troca e seu valor de uso (o próprio trabalho) que explica o mistério da origem do lucro. Em suma, em Marx não há nenhum fetichismo referente à lei do va-

É, ao contrário, a lei da mais-valor, enquanto lei da exploração e do antagonismo, que engendrou a lei do valor tempo de trabalho como um subproduto e uma variável dependente. A origem e o sentido histórico da lei do valor tempo de trabalho estão estreitamente ligados à configuração da relação capital-trabalho que se desenvolve após a revolução industrial. É nesta conjuntura histórica que a racionalidade econômica do capital, isto é, de lei da mais-valor, toma, com efeito, diretamente o controle e afirma seu empreendimento tanto sobre a esfera da produção como sobre a das necessidades, impulsionando progressivamente a lógica da produção/consumo de massa de mercadorias. Neste quadro, a lei do valor tempo de trabalho se afirma (antes mesmo que a economia política dos clássicos elabore a teoria do valor-trabalho) como a expressão concreta de uma prática gerencial de “racionalização” da produção e de abstração do próprio conteúdo do trabalho, a qual fez do tempo do relógio e depois do cronômetro os meios por excelência para quantificar o valor econômico saído do trabalho, a fim de prescrever os modos operatórios e aumentar a produtividade. Ao mesmo tempo, ela vai assegurar, em função do tempo de trabalho socialmente necessário, a regulação *a posteriori*, pela troca mercadológica, das relações de concorrência ligadas à atividade descentralizada de unidades produtivas independentes umas das outras.

Racionalidade econômica do capital e lei do valor - mais/valor no capitalismo industrial

Sobre esta base, estamos, pois, em condições de caracterizar com certa precisão o que se pode chamar a racionalidade econômica da lei do valor/mais-valor que marcou o desenvolvimento do capitalismo industrial.

Num plano mais geral, esta racionalidade econômica repousa sobre uma concepção produtivista e pura-valor tempo de trabalho, enquanto lei da troca de equivalentes, que fariam uma espécie de invariante estrutural do funcionamento do capitalismo. (Nota do entrevistado)

mente quantitativa do crescimento da produção e da produtividade. Ela pode ser definida como uma lógica que consiste em fabricar e em vender mercadorias em vista de maximizar o lucro, produzindo sempre mais com menos horas de trabalho e com menos capital. É por isso que, como já observava Marx nos Grundrisse, “O capital é ele próprio a contradição em processo: de um lado, ele se esforça em reduzir o tempo de trabalho (necessário à produção das mercadorias) a um mínimo, e, de outra parte, ele propõe o tempo de trabalho como a única fonte e a única medida da riqueza”. Em suma, é o próprio desenvolvimento da racionalidade da lei do valor/mais-valia que conduz inelutavelmente ao seu esgotamento e à sua crise. Ainda mais precisamente, pelo conceito de racionalidade econômica da lei do valor/mais-valia é preciso entender duas dimensões complementares (duas dimensões cujo esgotamento está no cerne da crise atual).

A primeira dimensão designa a lei do valor pensada como a relação social que faz da lógica da mercadoria e do lucro o critério-chave e progressivo do desenvolvimento da riqueza social e da satisfação das necessidades. Notemos que esta lógica apresenta, em diversos planos, uma ambivalência econômica, social e política essencial, uma ambivalência que, como o notava Andre Gorz⁴, nutriu a ideologia do progresso do capitalismo industrial, per-

4 André Gorz (1923-2007): filósofo austríaco. Escreveu inúmeros livros, vários deles traduzidos para o português, entre eles *Adeus ao proletariado* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982), *Metamorfoses do trabalho. Crítica da razão econômica* (São Paulo: Annablume, 2003) e *Misérias do Presente, Riqueza do Possível* (São Paulo: Annablume, 2004). Realizamos uma entrevista com André Gorz, publicada parcialmente na 129ª edição da revista IHU On-Line, de 02-01-2005, e na íntegra no número 31 dos Cadernos IHU ideias, com o título *A crise e o êxodo da sociedade salarial*, disponível para download em <http://bit.ly/aKdfWi>. Sobre André Gorz, também pode ser lido o texto *Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz*, de autoria de André Langer, pesquisador do Cepat. O texto está publicado nos Cadernos IHU n.º 5, de 2004. O site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU deu ampla repercussão à morte de Gorz. Para acessar o material, acesse as Notícias do Dia. (Nota da IHU On-Line)

“A norma industrial do tempo de trabalho abstrato se apresentava, assim, como a negação de toda autonomia e de toda dimensão cognitiva do trabalho”

mitindo-lhe obter também a adesão da parte de setores consistentes do movimento obreiro e socialista (e isso ao preço do abandono de toda crítica da divisão capitalista do trabalho e da alienação na esfera do trabalho e das necessidades).

IHU On-Line - Em que consiste esta ambivalência?

Carlo Vercellone - Ela consiste em que o decrescimento contínuo do tempo de trabalho necessário à produção em massa de mercadorias materiais e, portanto, a redução de seu valor unitário, pôde, com efeito, apresentar-se como o instrumento que permitia “libertar a humanidade da escassez”, satisfazendo de certa maneira uma massa crescente de necessidades, pouco importa se verdadeiras ou supérfluas. Este aspecto “progressivo” da racionalidade do capital apresentava-se também, pelo menos potencialmente, isto é, sob a condição de lutas sociais, permitindo traduzir os ganhos de produtividade numa redução do tempo de trabalho, como o meio de reduzir a termo a constrição ao trabalho assalariado a um mínimo. Temos, então, aí, uma dimensão utópica - o desenvolvimento das forças produtivas como instrumento de luta contra a escassez - sobre a qual o capitalismo industrial pôde assentar uma espécie de legitimidade histórica, mas cujos fundamentos serão profundamente desestabilizados no capitalismo cognitivo

A segunda dimensão da racionalidade econômica da lei do valor/mais-valia se refere à sua aplicação à organi-

zação da produção.

Estamos na origem da norma que, no sentido de Marx, faz do tempo de trabalho abstrato, mensurado em unidades de trabalho simples, não-qualificado, a substância do valor das mercadorias e o instrumento conjunto da avaliação, do controle e da prescrição do trabalho. Para compreender a instauração e o aprofundamento progressivo desta norma, é preciso partir da incerteza estrutural que caracteriza a permuta capital-trabalho. A compra e a venda da força de trabalho levam, com efeito, a colocar à disposição uma quantidade de tempo, e não o trabalho efetivo dos assalariados, o que Paolo Virno⁵ expressa muito bem através da distinção entre o conceito de poder e de ato. Compreende-se, então, por que as relações de saber e de poder que se conectam em torno da organização da produção constituem um elemento essencial do antagonismo capital-trabalho. E isso por duas razões essenciais. A primeira é que aqueles que controlam e ditam as normas operatórias podem também tornar-se mestres da intensidade e da qualidade do trabalho. A segunda razão é que aqueles que detêm os saberes produtivos podem aspirar a gerir a produção, ou seja, definir a organização do trabalho, bem como as finalidades sociais da produção.

Uma organização científica do trabalho

Estamos na presença de uma questão central que já se encontra no cer-

5 Paolo Virno (1952): Filósofo e semiólogo italiano de orientação marxista. Atualmente, leciona na Universidad de Cosenza. Em 1977 apresentou sua tese de doutorado sobre o conceito de trabalho e a teoria da consciência de Theodor Adorno. Entre seus livros estão: *Gramática de la multitud. Para un análisis de las formas de vida contemporáneas* (Madrid: Traficantes de Sueños, 2003); *A Grammar of the Multitude: For an Analysis of Contemporary Forms of Life* (Nueva York: Semiotext, 2004) e *Cuando el verbo se hace carne. Lenguaje y naturaleza humanas* (Madrid: Traficantes de Sueños, 2005). Confira a entrevista *A multidão, o mal e as instituições do futuro*, reproduzida pelas Notícias do Dia 08-11-2006, disponível em <http://migre.me/Bi05>. Na edição 161 da revista IHU On-Line, de 24-10-2005, Virno concedeu a entrevista “O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso”, disponível para download em <http://migre.me/BiXV>. (Nota da IHU On-Line)

ne da reflexão dos primeiros grandes teóricos da revolução industrial, como Ure⁶ e Babbage⁷. Esta reflexão será retomada e sistematizada por Taylor⁸, confrontada ao poder da composição de classe do obreiro profissional nas indústrias motrizes da segunda revolução industrial. Taylor, reconhecendo que o “saber é o bem mais precioso” de que dispõem os trabalhadores em face do capital, fará dele o alvo de sua análise das causas da “ociosidade obreira”. Ele deduzirá daí a necessidade de fazer emergir e de expropriar os trabalhadores de seus “conhecimentos tácitos” para convertê-los, através do estudo dos tempos e dos movimentos, num saber codificado detido pelo administrador e remetido aos assalariados sob a forma de estrita prescrição do tempo de trabalho e dos procedimentos laborais. Taylor pensará ter, assim, estabelecido as bases irreversíveis de uma organização científica do trabalho que suprime toda incerteza sobre a execução do trabalho, assegurando ao capital a planificação “ex-ante” da lei do valor/mais-valia. Desta maneira, na usina tayloriana, a medida do trabalho e da produtividade, bem como o volume e o valor da produção eram em princípio programados e conhecidos previamente pelos engenheiros dos escritórios de planejamento e podiam ser reduzidos a uma unidade comum de cálculo em termos de tempo, o que também fornecia um indicador bastante preciso das taxas de

6 Andrew Ure (1778-1857): químico escocês. (Nota da IHU On-Line)

7 Charles Babbage (1791-1871): cientista, matemático e inventor inglês. É mais conhecido e, de certa forma, reverenciado como o inventor que projetou o primeiro computador de uso geral, utilizando apenas partes mecânicas, a máquina analítica. Ele é considerado o pioneiro da computação. Seu invento, porém, exigia técnicas bastante avançadas e caras na época, e nunca foi construído. Sua invenção também não era conhecida dos criadores do computador moderno. (Nota da IHU On-Line)

8 Frederick Winslow Taylor (1856-1915): engenheiro norte-americano, considerado o pai da administração científica por propor a utilização de métodos científicos cartesianos na administração de empresas. Seu foco era a eficiência e eficácia operacional na administração industrial. Sua orientação cartesiana extrema é ao mesmo tempo sua força e fraqueza. Seu controle inflexível, mecanicista, elevou enormemente o desempenho das indústrias em que atuou, todavia, igualmente gerou demissões, insatisfação e estresse para seus subordinados e sindicalistas. (Nota da IHU On-Line)

“A instalação de uma economia fundada no conhecimento precede e se opõe, tanto de um ponto de vista lógico como histórico, à formação do capitalismo cognitivo”

exploração (no sentido de Marx).

Pelo conceito de capitalismo cognitivo se designa, então, a passagem do capitalismo industrial a uma nova forma de capitalismo no qual a dimensão cognitiva e imaterial do trabalho se torna dominante do ponto de vista da criação de valor e da competitividade das empresas. Neste quadro, a questão central da valorização do capital e das formas de propriedade conduz diretamente à apropriação capitalista do comum e à transformação do conhecimento numa mercadoria fictícia (NEGRI e VERCELLONE, 2008).

IHU On-Line - O que podemos entender por crise da lei do valor?

Carlo Vercellone - Esta crise se apresenta desde logo como uma perda de pertinência das categorias fundamentais da economia política do capitalismo industrial: o capital, o trabalho e, bem evidentemente, o valor. Mais fundamentalmente ainda, ela corresponde ao esgotamento destas duas dimensões da racionalidade econômica da lei do valor/mais-valia, sobre as quais, como vimos, o capitalismo industrial pudera afirmar sua dominação sobre o trabalho e encontra uma espécie de legitimidade histórica como instrumento de luta contra a escassez.

A primeira dimensão corresponde, pois, ao esgotamento da lei do valor tempo de trabalho pensado como critério de “racionalização” capitalista da produção que faz da norma do trabalho abstrato, mensurado em unidade de trabalho simples, não qualificado,

o instrumento conjunto da avaliação e da submissão real do trabalho ao capital. O crescimento de poder da dimensão cognitiva do trabalho determina, neste sentido, uma dupla crise da lei do valor. Uma crise da medida, de um lado, pois o trabalho cognitivo é uma atividade que se desenvolve sobre o conjunto do tempo de vida. O tempo passado e certificado na empresa é, em geral, apenas uma fração do tempo social efetivo de trabalho. No novo capitalismo, a fonte principal da criação do valor se situa, com efeito, cada vez mais, em apoio ou em aval da esfera de produção direta e do universo das empresas. Neste quadro, não só as modalidades de organização do trabalho são cada vez menos prescritíveis, mas as fontes da competitividade dependem cada vez mais de uma co-operação social produtiva que se desenvolve no exterior das fronteiras das empresas. Resulta disso também que o lucro, como a renda, repousa sempre preferencialmente sobre mecanismos de apropriação da mais-valia, efetuados a partir de uma relação de exterioridade do capital em relação à organização da produção.

Prescrição da subjetividade e não das tarefas

Uma crise do controle, pois o encontro entre a intelectualidade difusa e as tecnologias da informação e da comunicação faz da reapropriação coletiva do trabalho e dos meios de trabalho uma perspectiva novamente plausível, o que poderia novamente gerar conflitos recaindo sobre a própria autodeterminação da organização do trabalho e das finalidades sociais da produção. É por isso que, em muitas atividades produtivas, o modelo taylorista da prescrição das tarefas cede lugar ao da prescrição da subjetividade, na qual a questão central se torna “o controle total do tempo e do espírito dos trabalhadores” (GORZ).

A segunda dimensão remete ao esgotamento e à crise da lei do valor pensada como a relação social que faz da lógica da mercadoria e do lucro o critério-chave e progressivo do desenvolvimento da riqueza social e

da satisfação das necessidades. Esta crise se expressa através de um divórcio crescente entre a lógica do valor e a da riqueza. Para melhor compreender o sentido desta afirmação, é preciso lembrar como para Marx (mas também para Ricardo) o valor das mercadorias depende das dificuldades da produção e do tempo de trabalho. O conceito de valor é, pois, completamente diferente do conceito de riqueza, que depende da abundância, do valor de uso (não do valor de troca) e, portanto, da gratuitidade. Ora, a lógica capitalista da produção mercantil encontrara, como se viu, no capitalismo industrial, uma espécie de legitimidade histórica na capacidade de desenvolver a riqueza, produzindo sempre mais mercadorias com menos trabalho e, portanto, com preços unitários cada vez mais baixos, permitindo satisfazer uma massa crescente de necessidades. No entanto, no capitalismo cognitivo, esta ligação positiva entre valor e riqueza, entre produção mercantil e satisfação das necessidades é rompida. Mais ainda, ela se inverte. Isso significa que a lei do valor sobrevive agora como uma espécie de invólucro esvaziado do que Marx considerava como sendo a função progressiva do capital. Isso significa o desenvolvimento das forças produtivas como instrumento de luta contra a escassez, permitindo, a termo, favorecer a passagem do reino da necessidade ao reino da liberdade. Diversas evoluções do capitalismo cognitivo ilustram esta desconexão entre valor e riqueza que, segundo Gorz (2004), é a manifestação da “crise do capitalismo em seus fundamentos epistêmicos”.

O bem comum conhecimento

Elas remetem à contradição fundamental entre a lógica de valorização do capitalismo cognitivo e a lógica intrinsecamente não mercantil da economia do conhecimento. Notemos que esta contradição lança suas raízes nas propriedades particulares do bem comum conhecimento e em seu caráter irreduzível ao estatuto de mercadoria e de capital. Em comparação com as

“Diversamente dos bens materiais, o conhecimento não se destrói pelo consumo. Melhor ainda, ele se enriquece quando circula livremente entre os indivíduos”

mercadorias clássicas, as particularidades do bem comum conhecimento consistem, com efeito, em seu caráter não rival, não controlável e cumulativo. Diversamente dos bens materiais, o conhecimento não se destrói pelo consumo. Melhor ainda, ele se enriquece quando circula livremente entre os indivíduos. Cada novo conhecimento gera outro conhecimento num processo cumulativo. Por isso a apropriação privativa do conhecimento só é realizável por meio do estabelecimento de barreiras artificiais ao acesso. Esta tentativa colide, portanto, com obstáculos maiores. Eles se referem tanto à exigência ética dos indivíduos como à maneira pelo qual o uso das tecnologias da informação e da comunicação torna cada vez mais difícil a execução dos direitos de propriedade intelectual. Além disso, a tentativa de transformar o conhecimento numa mercadoria fictícia gera uma situação paradoxal, isto é, uma situação na qual, quanto mais o valor de troca do conhecimento aumenta artificialmente, mais o seu valor de uso, isto é, sua utilidade, baixa, pelo fato mesmo de sua privatização e de sua rarefação. Em suma, o capitalismo cognitivo não pode se reproduzir senão entravando as condições objetivas e as faculdades criadoras dos agentes na base do desenvolvimento de uma economia fundada no saber e em sua difusão.

Notemos, de maneira mais geral que, para um grande número de produções intensivas em conhecimentos,

como, por exemplo, os lógicos, os bens culturais numerados, mas também os medicamentos (etc.), os períodos de trabalho e, portanto, os custos de reprodução, são muito baixos e, em certos casos, tendem a zero. Esses bens deveriam, então, ser vendidos a preços muito baixos, ou até cedidos gratuitamente, o que encerraria o risco de conduzir à diminuição drástica do valor monetário de produção e, por conseguinte, dos lucros que lhe são associados. Neste quadro, a questão-chave para o capital torna-se, então, uma estratégia de reforço dos direitos de propriedade intelectual, permitindo construir artificialmente uma raridade dos recursos. É assim que o capital é conduzido a desenvolver sempre mais mecanismos rendosos de rarefação da oferta, na tentativa de manter de maneira forçada a primazia do valor de troca e salvaguardar os lucros. Temos aí uma situação que contradiz, a meu ver, os próprios princípios sobre os quais os pais fundadores da economia política justificavam a propriedade como um instrumento de luta contra a escassez.

Num certo sentido, pode-se, pois, afirmar que existe mesmo a tentativa de manter em vigor, de maneira forçada, a primazia da lógica da mercadoria e do valor de troca que conduz o capital a tentar emancipar-se da lei do valor tempo de trabalho. Disso resulta uma contradição sempre mais aguda entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação que constitui uma das maiores manifestações da crise da lei do valor na era do capitalismo cognitivo.

O esgotamento da racionalidade da lei do valor/mais-valia tem, além disso, outras manifestações cruciais que atestam a profundidade da crise do capitalismo e de seu divórcio com as necessidades sociais.

A primeira se refere ao lugar crescente do capital dito imaterial que constitui, agora, a parte mais considerável da capitalização das bolsas. Ora, o capital chamado imaterial também escapa a toda medida objetiva em termos de “custos históricos” (e, portanto, em termos de tempo de trabalho necessário à sua produção).

Seu valor só pode ser a expressão da avaliação subjetiva dos lucros antecipados, efetuado pelos mercados financeiros, apossando-se por este meio de uma renda. Isso contribui para explicar por que o valor bolsista deste capital é, em sua essência, fictício e submetido a flutuações de grande amplitude. Ele se baseia numa lógica autorreferencial própria das finanças, que alimenta as bolhas especulativas destinadas inelutavelmente a explodir, envolvendo o conjunto do sistema de crédito e da economia numa recessão profunda.

A segunda manifestação se refere à maneira pela qual - face a tendências estagnacionistas cada vez mais profundas - os únicos setores onde as necessidades e a demanda social estão em contínua expansão correspondem ao que se chama as produções do homem pelo homem (saúde, educação, pesquisa, cuidados prestados às pessoas), assegu-

rados tradicionalmente na Europa, pelos serviços coletivos do Welfare-State. Este elemento contribui para explicar a extraordinária pressão exercida pelo capital para privatizar e submeter à lógica mercadológica estes serviços coletivos. No entanto, este tipo de atividades, por razões que já evocamos numa entrevista anterior, não podem ser submetidos à racionalidade econômica da lei do valor/mais-valia senão ao preço de um desperdício de recursos e de desigualdades sociais profundas que, por acréscimo, correriam o risco de desestruturar as forças criadoras básicas de uma economia fundada no conhecimento.

Enfim, o potencial de negatividade do novo capitalismo só consiste em tornar artificialmente raros certos recursos abundantes e gratuitos.

Ele também se exprime na aceleração de uma lógica predadora e de rarefação dos recursos naturais não

renováveis. De fato, o capitalismo cognitivo não suprime a lógica produtivista do capitalismo industrial. Ele a rearticula e a reforça através de uma aliança entre o capital e a ciência que põe as novas tecnologias ao serviço de uma busca de padronização e de transformação mercadológica do vivente, que acentua os riscos de destruição da biodiversidade e de desestabilização ecológica do planeta.

Para concluir, o conjunto das contradições subjetivas e objetivas que atravessam o capitalismo cognitivo, caracterizando a crise da lei do valor/mais-valia, são de tal acuidade que elas recordam a situação descrita por Marx no último capítulo do livro III de *O Capital*, quando ele afirmava: “a crise explode no momento em que a contradição e o antagonismo entre, de um lado, as relações de distribuição - portanto a forma histórica especificada de suas relações de produção - e, de

Bibliografia sugerida pelo entrevistado

GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

GORZ, A. (2004) “Économie de la connaissance et exploitation des savoirs”, entretien avec Moulier-Boutang & Vercellone C., in *Multitudes*, N° 15, pp. 205-216.

GORZ, A. (2008), *Ecologica*, éd. Galilée, Paris.

MARX, K. (1968), *Le Capital Livre III*, in *Oeuvres, Economie*, Tome II, Pléiade, Paris.

MARX, K. (1980), *Grundrisse*, Tome II, Éditions sociales.

NEGRI, A. (1966), *Marx au-delà de Marx*, L'Harmattan, Paris.

NEGRI, A. (1992), « Valeur-travail : crise et problèmes de reconstruction dans le postmoderne », *Futur Antérieur*, n° 10, pp. 30-36.

NEGRI, A. (1997), « Vingt Thèses sur Marx », in Vakalouloulis M. et Vicent JM. (ed), *Marx après les marxismes*, Harmattan-Futur Antérieur, pp.333-372.

NEGRI, A. et Vercellone, C. (2008), “Le rapport capital-travail dans le capitalisme cognitif », *Multitudes*, n° 32.

VERCELLONE, C. (ed.) (2006), *Capitalismo Cognitivo*, Manifestolibri, Roma.

VERCELLONE, C. (2007), “From Formal Subsumption to General Intellect: Elements for a Marxist Reading of the Thesis of Cognitive Capitalism”, *Historical Materialism*, Vol. 15, n° 1.

VERCELLONE (2007a), “La nouvelle articulation rente, salaire et profit dans le capitalisme cognitive”, In *European Journal of Economic and Social System*, vol. 20, n° 1, 2007, p. 45-64.

VERCELLONE, C. (2008), « La thèse du capitalisme cognitif. Une mise en perspective historique et théorique », in Colletis G. Et Pauré P. (coord.) *Les nouveaux horizons du capitalisme*, Economics, pp. 71-95.

VERCELLONE, C. (2009), “L’analyse “gorzienne” de l’évolution du capitalisme », in Christophe Fjourel (dir.), « André Gorz, un penseur pour le XXIème siècle », la Découverte, Paris, pp. 77-98.

VERCELLONE, C. (2009), « Lavoro, distribuzione del reddito e valore nel capitalismo cognitivo », in *Sociologia del Lavoro*, N° 115, pp. 31-54.

VERCELLONE, C. (2009), Crisis de la ley del valor y devenir renta de la ganancia. Apuntes sobre la crisis sistémica del capitalismo cognitivo, in “La gran crisis de la economía global”, Edición Traficantes de Sueños, Madrid, pp. 63-98.

“O conjunto das contradições subjetivas e objetivas que atravessam o capitalismo cognitivo, caracterizando a crise da lei do valor/mais-valia, são de tal acuidade que elas recordam a situação descrita por Marx no último capítulo do livro III de *O Capital*”

outro lado, as forças produtivas e as faculdades criadoras de seus agentes (sublinhado por nós) ganham em amplitude e em profundidade. Surge então um conflito entre o desenvolvimento material da produção e sua forma social” (K.MARX, 1968, pp. 1482-1483).

LEIA MAIS...

>> Carlo Vercellone já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line.

* *Um panorama sobre a nova divisão cognitiva do trabalho*. Publicada na IHU On-Line número 161, de 24-10-2005, disponível em <http://bit.ly/cPi0xB>

* *É na reversão das relações de saber e poder que se encontra o principal fator da passagem do capitalismo industrial ao capitalismo cognitivo*. Publicada na IHU On-Line número 216, de 23-04-2007, disponível em <http://bit.ly/9m73H0>

* *A crise e os contornos de um ‘socialismo totalitário do capital’*. Publicada na IHU On-Line número 301, de 20-07-2009, disponível em <http://bit.ly/at8uWx>

A sociedade: uma grande fábrica de produção de valor

Na percepção de Christian Marazzi, a distinção entre a economia real e a economia financeira cai quando se analisa o processo de acumulação capitalista desde os anos 1980

POR CESAR SANSON E GRAZIELA WOLFART

“**A** financeirização da economia capitalista nas últimas décadas é um processo que poderíamos definir como ‘keynesianismo financeiro’, no sentido de que os mercados financeiros têm tomado o lugar do Estado no que se refere à criação de uma busca adicional necessária ao crescimento econômico, necessária em particular à realização da mais-valia, criada no âmbito do circuito econômico”. A definição é do economista Christian Marazzi, em entrevista concedida, por e-mail, à IHU On-Line. Ele identifica que estamos assistindo à “privatização do déficit, ou seja, a geração de renda e de consumo, que, no fordismo, era confiada ao Estado. Esta transformação das finanças em ‘ferramenta’ ativa, porém perversa, para suportar a demanda, anda de mãos dadas com o desmantelamento do Estado social e com a crescente privatização dos bens públicos”. Marazzi considera muito errada a separação entre a economia real e a economia financeira, especialmente, explica ele, “se considerarmos que a financeirização tem sido promovida, em primeira instância, pelas mesmas corporações multinacionais e fundos de pensão que investiram pesadamente no mercado de ações”. Para ele, nos dias atuais, “é a cooperação, a troca de saberes e conhecimentos, as competências adquiridas no âmbito do não-trabalho que são recursos estratégicos para o desenvolvimento do capital”.

Christian Marazzi é professor e diretor de investigação socioeconômica na Universidade della Svizzera Italiana. Também foi professor na Universidade Estadual de Nova York, na Universidade de Pádua, em Lausanne e Genebra. Entre suas obras, citamos *Autonomia* (Cambridge: Mit Press, 2007), *Capital and language* (Cambridge: Mit Press, 2008), em parceria com Michael Hardt e Gregory Conti, e *O lugar das meias. A virada linguística da economia e seus efeitos na política* (São Paulo: Civilização Brasileira, 2009). Confira a entrevista.

IHU On-Line - O senhor tem afirmado que o processo de financeirização que levou à crise que estamos vivendo se distingue de todas as outras fases de financeirização que ocorreram historicamente no século XX. Poderia explicar o que há de novo na atual expansão financeira?

Christian Marazzi - A financeirização da economia capitalista nas últimas décadas é um processo que poderíamos definir como “keynesianismo financeiro”, no sentido de que os mercados financeiros têm tomado o lugar do Estado no que se refere à criação de uma busca adicional necessária ao

crescimento econômico, necessária em particular à realização da mais-valia criada no âmbito do circuito econômico. Assistimos à privatização do déficit, ou seja, a geração de renda e de consumo, que no fordismo era confiada ao Estado. Esta transformação das finanças em “ferramenta” ativa, porém perversa, para suportar a demanda, anda de mãos dadas com o desmantelamento do Estado social e com a crescente privatização dos bens públicos. Considero, portanto, muito errada a separação entre a economia real e a economia financeira, especialmente se considerarmos que a financeirização tem sido promovida, em primeira instância, pelas mesmas corporações multinacionais e fundos de pensão que investiram pesadamente no mercado de ações.

IHU On-Line - A distinção entre “economia real” e “economia financeira”, ou, ainda, entre “capital produtivo” e “capital financeiro” não se sustenta mais? Por quê?

Christian Marazzi - Hoje encontramos financiamento quando vamos fazer compras no supermercado e pagamos com cartão de crédito, ou quando compramos um carro ou uma casa, e temos a oportunidade de “criar renda”, contratando um novo empréstimo hipotecário. As empresas não viveriam um dia sem a existência de uma demanda criada através do mecanismo da dívida e sem o custo de retorno financeiro. Há, portanto, a formação de uma espécie de renda salarial, especialmente devido à estagnação dos salários ocorrida durante as últimas duas décadas. A distinção entre a economia real e a economia financeira cai quando se analisa o processo de acumulação capitalista desde os anos 1980. Assistimos por anos a um processo para aumentar a diferença entre o lucro (excedente) e a estagnação do investimento em capital fixo e capital variável, ou seja, máquinas e mão-de-obra. Esta bifurcação entre os lucros e o investimento é explicada do ponto de vista das novas modalidades de produção de valor, uma produção que está cada vez mais fora dos portões da fábrica, que está cada vez mais na esfera da distribuição e do consumo. A tendência é transformar o consumidor em produtor, para envolver a produção

“As empresas não viveriam um dia sem a existência de uma demanda criada através do mecanismo da dívida e sem o custo de retorno financeiro”

direta de bens de consumo. Fala-se em “crowdsourcing”, ou seja, captação de valor, de conhecimento, de cooperação e força inventiva através da “linguagem de máquina” (por exemplo, a Internet) que não requer investimento em capital fixo, mas em estratégias de “vampirização” do valor disperso na sociedade. Os ganhos monetários, em relação a isso, podem ser alcançados de duas maneiras: através do desempenho financeiro das elites ou por meio de dívida privada das famílias.

IHU On-Line - Por que o modo de produção fordista tornou-se insuficiente para a acumulação do capital? Quais são os elementos que caracterizam a crise do fordismo como sistema de acumulação de lucros?

Christian Marazzi - Durante os anos 1970, o modelo fordista se revelou insuficiente, porque não tinha mais condições para sugar excedentes, o que gerou um crescimento do tipo inflacionário sempre em atraso ao aumento dos salários. Mas o modelo fordista também entrou em crise do ponto de vista político e cultural: a luta interior e contra o fordismo deslegitimou o trabalho de massa, a grande fábrica fordista, a separação entre trabalho e conhecimento. Naqueles anos, o *Financial Times* falou da necessidade de “aproveitar a revolução”, ou seja, sair da crise do fordismo produzido pelas lutas dos trabalhadores e estudantes para redefinir a trajetória econômico-organizacional do novo capitalismo pós-fordista.

IHU On-Line - Que características assumem a mais-valia no processo produtivo na nova fase do capitalismo?

Christian Marazzi - A mais-valia, hoje, é fruto de um processo produtivo que se estende da fábrica à sociedade, o que torna a sociedade uma grande fábrica de produção de valor. É um pouco como o processo de extração de valor feita ao longo dos séculos pelo trabalho doméstico-reprodutivo das mulheres. Hoje é a cooperação, a troca de saberes e conhecimentos, as competências adquiridas no âmbito do não-trabalho que são recursos estratégicos para o desenvolvimento do capital. Falamos em imaterialização, ou de “cognitivização” do trabalho, e isso pressupõe uma organização do processo de produção que extraia mais-valia “a partir” da sociedade. A estratégia empresarial consiste, de fato, na externalização de segmentos inteiros da produção.

IHU On-Line - O senhor afirma que estamos diante do biocapitalismo. Como se dá a exploração do trabalho nesse novo capitalismo, e quais são as possibilidades emancipatórias que ele carrega consigo?

Christian Marazzi - O biocapitalismo vê a transposição das típicas funções das máquinas do capital fixo para o corpo dos trabalhadores. O corpo vivo se torna abrigo de instrumentos estratégicos para a produção de valor. O organismo torna-se uma máquina, mas é um corpo que vive e, portanto, cria valor através da dor, do cansaço e da solidão. Mas o mesmo corpo vivo que produz valor na sociedade, na relação intersubjetiva e na comunicação, é um corpo que pensa consigo mesmo, e que precisa do outro para se autodefinir. Relativamente a este plano “intra-subjetivo”, inscrito no tecido das relações sociais, desempenha-se a construção das lutas dentro e contra o biocapitalismo.

LEIA MAIS...

>> Christian Marazzi já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line.

* *Política do comum: uma fonte direta de valor econômico*. Publicada nas Notícias do Dia do sítio do IHU, em 23-03-2009, disponível em <http://bit.ly/d4AqGP>

* *A vida no centro do crescimento econômico*. Publicada na revista IHU On-Line número 301, de 20-07-2009 e disponível em <http://bit.ly/cmubdm>

Lado imaterial do trabalho não é suficientemente tematizado pelas teorias da modernidade industrial

Federico Chicchi explica que hoje a inteira produtividade do homem, sua fantasia, sua imaginação, sua sociabilidade, seu papel inovador e maleável às circunstâncias são necessários no mundo do trabalho

POR CESAR SANSON E GRAZIELA WOLFART | TRADUÇÃO DE BENNO DISCHINGER

Federico Chicchi reflete sobre a crise da economia global e suas implicações no mundo do trabalho. É um dos autores da obra *Crise da economia global*, lançada no ano passado. Na entrevista que concedeu, por e-mail, à IHU On-Line, Chicchi se debruça sobre o conceito de bioeconomia, o que, para ele, refere-se “ao processo de captura da vida e à produção da própria vida no interior das regras do ‘discurso’ econômico. Em outras palavras: o econômico pretenderia, no capitalismo biopolítico, colocar-se como única textura possível do Sentido e, paradoxalmente, como uma espécie de fundo antropológico originário”. O professor continua sua explicação, afirmando que “a bioeconomia (desta vez entendida como paradigma da economia contemporânea) introduz um verdadeiro e próprio efeito perturbador, porque nos mostra e desvela, sobretudo em suas mais recentes aplicações técnicas, a própria vida, o *bios*, o que é comum por definição, como uma mercadoria de todo contingente e agora, sob o impulso (ir)racional das paixões aquisitivas, exposta sem mais mediações ao risco das mais impensáveis coisificações / alterações / utilizações”.

E, ao refletir sobre o mundo do trabalho neste novo cenário, Federico Chicchi percebe que “nas teorias da modernidade industrial não é suficientemente tematizado nem compreendido o papel crescente do lado imaterial do trabalho (o cognitivo, intelectual, afetivo, emotivo, simbólico, relacional etc.) que, ao invés, torna-se hegemônico e central nas fileiras contemporâneas de produção do valor”. Na sua visão, “tornam-se cada vez mais relevantes, também graças às revoluções digitais, as produções sociais “de baixo”, as redes cooperativas, as fileiras sem centro hierarquicamente definido, os territórios, os saberes locais, e as ecologias que estão em condições de se auto-organizar para a produção de riqueza e de semânticas sociais”.

Federico Chicchi é professor de Sociologia do processo econômico e do trabalho na Faculdade de Ciência Política da Universidade de Bologna, Itália. É graduado em Ciência Política e doutor em Sociologia e Política Social pela Universidade de Bologna. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O senhor afirma que uma análise eficaz do capitalismo contemporâneo deve ser colocada para além do paradigma da economia política sugerida pelos autores clássicos. Pode explicar por quê?

Federico Chicchi - No que se refere ao papel que a disciplina econômica clássica pode desempenhar na compreensão dos processos contemporâneos de produção, minha opinião é clara: os seus paradigmas se tornaram heurísticamente (e politicamente) insuficientes, porque o cenário econômico

e social contemporâneo se reproduz através de processos no interior dos quais os principais construtos teóricos clássicos (lucro/renda, trabalho produtivo/improdutivo, capital constante/capital variável, salário/rendimento etc.) são caracterizados por inéditas porosidades e coalescências recíprocas, que tornam sua utilização analítica pelo menos complicada. Os esquemas conceituais da economia clássica são, de fato, o resultado teórico da análise de uma modalidade de organizar a acumulação de capital

que hoje não mais se apresenta como prevalente e hegemônica (nem em termos objetivos, nem em termos subjetivos). Além disso, de um ponto de vista metodológico, parece-me importante sublinhar - como nos convidava a fazer Claudio Napoleoni¹, um dos mais importantes economistas marxistas italianos do século passado - o modo como os paradigmas econômicos (clás-

¹ Claudio Napoleoni (1924-1988) economista marxista e político italiano. Foi professor de Política econômica na Faculdade de Ciência Política da Università di Torino. (Nota da IHU On-Line)

sicos e neoclássicos) tendem a representar os fenômenos escolhidos segundo sua competência direta, dentro de modelos demasiado rígidos, estáticos e simplificados, perdendo, deste modo, quase de todo, sua intrínseca (e hoje sempre mais intensa) dinamicidade, interna às relações entre processos de produção e relações sociais de produção. Creio, portanto, que, na análise do presente, é preciso absolutamente dotar-nos de paradigmas novos - que devem, em primeiro lugar, aceitar o ônus do desbalanceamento transdisciplinar - para tematizar de modo eficaz as modalidades através das quais o valor se produz hoje em relação aos novos dispositivos de poder/saber de cunho governamental (em sentido foucaultiano, naturalmente). Além disso, não é possível evitar que hoje se considere ser preciso sempre empenhar-se mais na fundação teórica de uma nova teoria do desfrute, para que ela seja adequada às profundas mudanças sociais, econômicas e culturais em curso. E, para andar nesta direção, a teoria marxiana do mais-valor continua como ponto de partida e ponto de articulação filosoficamente irrenunciável; insuficiente, portanto, mas não contornável.

IHU On-Line - Por que as categorias interpretativas da sociedade industrial são insuficientes para se compreender a mutação do capital em curso?

Federico Chicchi - Creio ser necessário sublinhar o modo pelo qual hoje está em andamento uma passagem a uma nova época que, por comodidade, chamaremos de pós-moderna, na qual as categorias conceituais de análise da sociedade industrial encontram pouca e escassa legitimidade. Por exemplo, nas teorias da modernidade industrial não é suficientemente tematizado nem compreendido o papel crescente do lado imaterial do trabalho (o cognitivo, intelectual, afetivo, emotivo, simbólico, relacional etc.) que, ao invés, torna-se hegemônico e central nas fileiras contemporâneas de produção do valor. Além disso, os “objetos” sobre os quais a análise econômica sobre a sociedade industrial se afirmava

“A teoria marxiana do mais-valor continua como ponto de partida e ponto de articulação filosoficamente irrenunciável”

eram os mais confinados e realizados no interior dos muros da fábrica (a grande empresa industrial). E agora se tornam cada vez mais relevantes, também graças às revoluções digitais, as produções sociais “de baixo”, as redes cooperativas, as fileiras sem centro hierarquicamente definido, os territórios, os saberes locais, e as ecologias que estão em condições de se auto-organizar para a produção de riqueza e de semânticas sociais.

IHU On-Line - O que podemos entender por bioeconomia?

Federico Chicchi - A bioeconomia é, a meu ver, um grande e irrenunciável desafio teórico. Na Itália, muitos autores (como o próprio Andrea Fumagalli², que organizou o volume sobre a Crise Global) estão trabalhando sobre a possibilidade de ler o capitalismo cognitivo dentro do “registro” bioeconômico. Em primeiro lugar, é preciso especificar que a bioeconomia (entendida neste sentido como um paradigma interpretativo) de fato não circunscreve um campo de formações discursivas internas à esfera econômica. A bioeconomia constrói realmente o seu sujeito, e não pode deixar de fazê-lo, na jamais saturada tensão entre economia e política. Em outras palavras: raciocinar em termos bioeconômicos nos impele ao interior daquele lugar onde a síntese entre o econômico e o político se demonstra sem solução de uma vez por todas; isto é, que deve ser continuamente gerenciada e organizada, ou, numa palavra: governada. Neste sentido, e, a partir disso, a bioeconomia emerge da crescente vocação da economia contem-

porânea em recusar todo espaço de mediação de seu código operativo, ou seja, a inscrever-se sem exclusões significativas no próprio ponto no qual a vida mostra sua insurgência subjetiva e valorizadora, a tornar-se, portanto, consubstancial à potência intrínseca do vivente, imanente à própria vida. A bioeconomia refere-se, portanto, ao processo de captura da vida e à produção da própria vida no interior das regras do “discurso” econômico. Em outras palavras: o econômico pretenderia, no capitalismo biopolítico, colocar-se como única textura possível do Sentido e, paradoxalmente, como uma espécie de fundo antropológico originário. A bioeconomia (desta vez entendida como paradigma da economia contemporânea) introduz, portanto, um verdadeiro e próprio efeito perturbador, porque nos mostra e desvela, sobretudo em suas mais recentes aplicações técnicas, a própria vida, o bios, o que é comum por definição, como uma mercadoria de todo contingente e agora, sob o impulso (ir)racional das paixões aquisitivas, exposta sem mais mediações ao risco das mais impensáveis coisificações / alterações / utilizações.

Além disso, o modo pelo qual se realiza o circuito do valor bioeconômico (a vida expressa em valor), implica novas coordenadas e novas modalidades de configuração das relações sociais de produção e de sua programática de poder. Desta maneira, se põe radicalmente em discussão (até quase invertê-la) a função de ordem da política, assim como tinha sido argumentada pelos clássicos da filosofia moderna (Hobbes³, mais do que todos). A bioeconomia de fato também é descritível através de inéditos dispositivos de apropriação proprietária do valor (de

³ Thomas Hobbes (1588 - 1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, *O Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford e foi secretário de Sir Francis Bacon. A respeito desse filósofo, confira a entrevista *O conflito é o motor da vida política*, concedida pela Profa. Dra. Maria Isabel Limongi à edição 276 da revista IHU On-Line, de 06-10-2008. O material está disponível no link <http://bit.ly/bDUPAj> (Nota da IHU On-Line)

² Confira, nesta edição, uma entrevista exclusiva com Andrea Fumagalli. (Nota da IHU On-Line)

desfruteamento biopolítico, portanto) que se complementam e interseccionam, representando um peso sempre mais relevante, com as precedentes práticas disciplinares ou anátomo-políticas, sem, no entanto, jamais torná-las de todo residuais. O resultado de tal complexo, e, sob certos aspectos, acéfalo aparelho de captura, é declinável e melhor descritível, em primeiro lugar, fazendo referência, como já dizíamos, aos delineamentos da foucaultiana prática governamental.

E, por último, mas não menos importante, é preciso sublinhar o modo como o bioeconômico gerenciamento das vidas que daí deriva se refere aos dispositivos de captura e tradução da “potência” do bios e de sua capacidade de se auto-organizar no interior dos atuais processos de acumulação. Para dizê-lo com as palavras de Andrea Fumagalli, “por bioeconomia, entendemos aquele processo que procura subsumir realmente (e não só formalmente) o inteiro agir humano para fins de acumulação” (FUMAGALLI, 2005, p. 41). Neste sentido, a bioeconomia necessita, a nosso ver, também uma nova sintaxe do desfruteamento, a ser entendida não mais unicamente como atividade de arbitrário entretenimento de um adicional ou excedente, mas também como persuasivo e, em geral, consensual atividade de produção e disposição da vida na cifra do útil, através de sua estruturação em mercadoria e através da regulação mercantilista e proprietária de seu “valor” intrínseco. Eis que mais-valor, mais-gozo (em sentido lacaniano) e mais-vida se interseccionam num abraço tão invasivo quanto circulatório, dando vida a uma espiral inédita de valorização.

IHU On-Line - Quais são as principais características que o trabalho assume na bioeconomia?

Federico Chicchi - Em primeiro lugar, é necessário destacar que o trabalho, na bioeconomia, está perdendo muitas das características que assumiu no interior da assim dita sociedade salarial. A prática laboral de uma parte cada vez maior de pessoas de fato, hoje, já não tem mais a ver com a execução passiva e hétero-dirigida de ope-

“Mais-valor, mais-gozo (...) e mais-vida se interseccionam num abraço tão invasivo quanto circulatório, dando vida a uma espiral inédita de valorização”

rações, mas sim com o tratamento de informações e conhecimentos, com o investimento da própria subjetividade em relações de trabalho e/ou com o desenvolver inovações de produtos e de processo. Em outras palavras, a importância da atividade produtiva “rotineira” e do trabalho material, que consiste em transformar a matéria-prima através da ajuda de instrumentos e de máquinas, também materiais, diminui em favor de um novo paradigma do trabalho contemporâneo mais intelectual, imaterial e relacional. Para ser eficiente e apetecível, o trabalho deve hoje fazer-se de fato empreendedor, capaz de contribuir à solução (segundo as competências e em diferentes níveis de responsabilidade) dos problemas que uma atividade de empresa encontra em seu acidentado caminho competitivo. Naturalmente, esta transformação está ligada a uma causa “estrutural” que é tida em alta consideração, ou seja: ela tem a ver com a transformação do saber-poder capitalista, que tem como objetivo irrenunciável e transversal em cada fase de sua evolução histórica, sob pena de sua crise irreversível, a produção de um excedente, de um extra a incorporar no interior de sua “obsessiva” dinâmica econômica de valorização. De fato, somente a inovação e a criatividade, não dedutíveis do existente, podem salvar o sistema da estagnação e da superprodução. Para garantir tal efeito, é a própria estrutura do comando do capital sobre o trabalho que vem modificar-se radicalmente, mudando os seus princípios de funcionamento: o que hoje é requerido é uma espécie de cooperação da parte de quem trabalha

e que não se promove somente através da repressão e da passividade, mas através da estimulação do eu desejoso e daqueles caracteres pessoais que, no esquema da relação salarial tradicional, não eram significativos. Hoje são a inteira produtividade do homem, sua fantasia, sua imaginação, sua sociabilidade, seu papel inovador e maleável às circunstâncias que são necessários. Ultrapassam, portanto, os contratos coletivos; e a relação com a empresa se personaliza através de incentivos especiais, de “benefício”, férias-prêmio etc.

A perda de centralidade do trabalho assalariado, o progressivo tornar-se autônomo (auto-organizado), descentralizado e reticular da cooperação social, e o instaurar-se na relação entre capital e trabalho de uma norma sempre mais individualizada, traz consigo outra transformação econômica e social fundamental do trabalho que é central e imprescindível para reconstruir o sentido do nosso presente percurso interpretativo: o trabalho se apresenta hoje, ao mesmo tempo, no interior da empresa, mas contemporaneamente se organiza cada vez mais fora dela. Isto, no entanto, também significa que os limites tradicionais do trabalho (aqueles da competência profissional) tendem a tornar-se sempre mais porosos para acabar invadindo - com as lógicas instrumentais que lhe são consubstanciais - aqueles espaços de vida (antes ditos reprodutivos) que eram, num certo sentido, impermeáveis, porque eram considerados improdutivos, e não diretamente desfrutáveis para fins econômicos. Em outras palavras: o modo pelo qual o capital conseguiu aumentar a produtividade, a partir de um trabalho necessário (em sentido marxiano) e reduzido ao mínimo de automação e de informatização, foi aquele de sair da relação salarial, apropriando-se de toda uma série de atividades reprodutivas cujo contributo à valorização do capital permite liberar-se dos limites que a relação salarial coloca aos aumentos de produtividade.

IHU On-Line - O conceito de multidão proposto por Negri como resistência

“Raciocinar em termos bioeconômicos nos impele ao interior daquele lugar onde a síntese entre o econômico e o político se demonstra sem solução de uma vez por todas”

ao novo capitalismo lhe parece oportuno? Como o senhor interpreta esse conceito?

Federico Chicchi - O conceito de multidão na organização das práticas de resistência e subtração do trabalho-vivo ao desfrutamento de parte do capitalismo bioeconômico é, a meu ver, um conceito tão necessário quanto insuficiente. Necessário, porque sublinha e capta atual impossibilidade de recompor as lutas revolucionárias dentro de uma lógica “sintética” que reduza sempre e, em geral, todas as suas expressões subjetivas ao Uno. A multiplicidade ou, se quisermos chamá-la diversamente a diferença que descreve a multidão como espaço de ação das diversas singularidades é, certamente, uma instância por si revolucionária, que permite exercitar uma incessante liberação/experimentação social da criatividade autônoma e do desejar do trabalho-vivo. A multidão interpreta e certamente descreve do melhor modo tal necessidade histórica; a forma multitudinária da luta é, de fato, hoje, a única que pode deslocar, em seu contínuo exercício de produção de excedentes éticos, o comando capitalista de tradução parasitária do fazer social no interior de uma forçosa medida proprietária da riqueza autonomamente produzida. No entanto, é, ao mesmo tempo, insuficiente porque nela mesma já não se encontram expressas e definidas aquelas formas necessárias de organização, capazes de “transferir” a um plano de “sustentabilidade” biopolítica e subjetiva as desmesuradas potencialidades produtivas que a multidão exprime numa dimensão antropológica de tipo pós-proprietário. Por isso, o conceito de multidão, como, aliás, o próprio Negri sublinha por diversas vezes, em seus últimos trabalhos, é entretecido para se tornar politicamente eficaz, com uma

prática social que se proponha como seu primeiro objetivo o de produzir “a partir de baixo” de suas novas constelações institucionais e normativas, que podemos chamar de Instituições do comum, que tornem o território habitado pelas singularidades menos escorregadio, menos instável e menos exposto à captura do capital. Num certo sentido, e para concluir, a atividade de produção de novas instituições democráticas, a solicitar em torno da defesa dos bens comuns e da produção de espaços sociais do comum, representa o cenário no interior do qual as diferenças que animam a potência multitudinária poderia encontrar uma composição própria afirmativa e biopolítica.

BAÚ DA IHU ON-LINE

A revista IHU On-Line já publicou outras edições sobre o mundo do trabalho e o capitalismo cognitivo:

- * *O capitalismo cognitivo e a financeirização da economia. Crise e horizontes*, número 301, de 20-07-2009, disponível em <http://bit.ly/9ZMEXs>;
- * *O mundo do trabalho e a crise sistêmica do capitalismo globalizado*, número 291, de 04-05-2009, disponível em <http://bit.ly/aJl0Bi>;
- * *O mundo do trabalho no Brasil de hoje. Mudanças e novos desafios*, número 256, de 28-04-2008, disponível em <http://bit.ly/bHjG51>;
- * *O trabalho no capitalismo contemporâneo. A nova grande transformação e a mutação do trabalho*, número 216, de 23-04-2007, disponível em <http://bit.ly/b7yjJN>;
- * *Mais inovação tecnológica e... piores condições de trabalho. Um paradoxo!*, número 188, de 10-07-2006, disponível em <http://bit.ly/9Xl3hj>;
- * *Trabalho. As mudanças depois de 120 anos do 1º de maio*, número 177, de 24-04-2006, disponível em <http://bit.ly/9hpxec>;
- * *As obras coletivas e seus impactos no mundo do trabalho*, número 161, de 24-10-2005, disponível em <http://bit.ly/cPi0xB>;
- * *A crise da sociedade do trabalho*, número 98, de 26-04-2004, disponível em <http://bit.ly/9fGZ4W>;
- * *Economia Solidária e a crise do mundo do trabalho*, número 66, de 30-06-2003, disponível em <http://bit.ly/9BUpq7>;
- * *1º de maio: trabalho e memória*, número 57, de 28-04-2003, disponível em <http://bit.ly/c1VjpB>

Leias as Notícias do Dia em
www.ihu.unisinos.br



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Entrevista da Semana

Estamos construindo um projeto de nação nos moldes de Furtado

Brasil tem um futuro econômico e social promissor como Furtado delineava há 60 anos, constata Wilson Vieira

POR PATRICIA FACHIN E MÁRCIA JUNGES

“**V**islumbramos um futuro econômico e social promissor caso sejam mantidas essas políticas econômicas e sociais. A partir dessa realidade, percebemos que estamos construindo um projeto de nação que contempla o desenvolvimento econômico e social num contexto democrático, tal como Furtado planejava e sonhava desde a década de 1950”. A declaração é do economista Wilson Vieira, em entrevista exclusiva, concedida, por e-mail, à **IHU On-Line**. Segundo ele, “as crises que ocorreram a partir da segunda metade da década de 1990 se constituem numa constatação da fragilidade do modelo neoliberal, que defende a abolição de todas as restrições para o comércio internacional”.

Economista, mestre em História Econômica pelo Instituto de Economia da UNICAMP, doutorando em sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, Wilson Vieira é membro do Centro de Estudos Brasileiros do IFCH - UNICAMP. Leciona no Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) e na Faculdade de Americana (FAM). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como se dá a ligação entre desenvolvimento econômico e construção da nação no pensamento de Celso Furtado¹?

Wilson Vieira - A ligação entre desenvolvimento econômico e construção da nação no pensamento de Celso Furtado pode ser encontrada quando ele vê essa construção firmada na unificação do mercado nacional e nos nexos de solidariedade entre as regiões brasileiras sob o comando do Estado, promotor das po-

líticas de desenvolvimento econômico, elemento amalgamador da nação.

IHU On-Line - Para Furtado, que iniciativas eram fundamentais para atingir o desenvolvimento econômico brasileiro?

Wilson Vieira - Para se atingir o desenvolvimento econômico brasileiro era fundamental a existência de um Estado planejador desse desenvolvimento através da industrialização, sempre num contexto democrático.

IHU On-Line - Ele defendia a atuação do Estado enquanto promotor de políticas de desenvolvimento econômico. A atuação do Estado, defendida por Celso Furtado, tem alguma semelhança com a atuação do Estado, hoje, na condução dos rumos da economia?

Wilson Vieira - Sim, dentro da ideia de planejar o desenvolvimento e com forte presença e indução de políticas de desenvolvimento econômico e so-

cial por parte do Estado.

IHU On-Line - O Estado brasileiro tem incentivado a consolidação de gigantes nacionais com capacidade de atuação internacional. A partir disso, o Brasil se insere numa nova fase social e econômica?

Wilson Vieira - Sim, dentro de um processo no qual o governo atual busca fortalecer a economia nacional através da dinamização do mercado interno em conjunto com maior penetração internacional dos produtos brasileiros, além das empresas, com diversificação e ampliação dos intercâmbios econômicos (vide G-20 e acordos comerciais com países da África e do Oriente Médio).

IHU On-Line - Considerando a globalização, a internacionalização, com a ajuda do Estado, de diversos grupos econômicos brasileiros e internacionais, e as sucessivas crises econômicas dos últimos anos, como a de 2008, que futuro econômico e social

¹ **Celso Furtado** (1920-2004): economista brasileiro, membro do corpo permanente de economistas da ONU. Foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e membro da Academia Brasileira de Letras. Algumas de suas obras são *A economia brasileira* (1954) e *Formação econômica do Brasil* (1959), apresentadas pelo Prof. Dr. André Moreira Cunha (UFRGS) em 11-09-2003, no evento *Ciclo de Estudos sobre o Brasil*. A editoria *Entrevista da Semana* da revista *IHU On-Line* edição 155^a, de 12-09-2005 repercutiu a criação do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, na Finlândia, com entrevistas a diversos especialistas. Confira em <http://migre.me/BhSp>. (Nota da IHU On-Line)

o senhor vislumbra para o Brasil? Que projeto de nação estamos construindo a partir disso?

Wilson Vieira - Sobre as sucessivas crises econômicas, cabe aqui fazer a seguinte observação: as crises que ocorreram a partir da segunda metade da década de 1990 se constituem numa constatação da fragilidade do modelo neoliberal, que defende a abolição de todas as restrições para o comércio internacional (sem se preocupar com as diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e com a necessidade de políticas especiais de proteção para alguns produtos do Terceiro Mundo), a desregulamentação da economia, as privatizações e a retirada do Estado como planejador da economia. Tal modelo não cumpriu suas promessas de desenvolvimento econômico, pois trouxe crises econômicas sucessivas, aumento da pobreza em diversas partes do Terceiro Mundo e limitação da autonomia dos Estados Nacionais na condução de suas economias domésticas.

O que podemos pontuar aqui foi a reação brasileira às crises: durante os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, percebemos um comportamento que seguiu os ditames da cartilha neoliberal, sem aumento da presença do Estado e nem incentivo ao mercado doméstico, o que contribuiu para uma situação de crescimento praticamente nulo da economia brasileira. Em relação à crise de 2008, no segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a reação se deu com forte presença do Estado como elemento de indução do crescimento econômico, via redução de impostos indiretos (como o IPI), manutenção das taxas de juros praticamente no mesmo patamar, além da continuação de planos de fortalecimento da economia nacional como o PAC e de programas de inclusão social e econômica como o Bolsa Família. Tais medidas levaram a uma rápida recuperação da economia brasileira.

Respondendo mais especificamente à pergunta, com base nas colocações feitas acima, vislumbramos um futuro econômico e social promissor caso sejam mantidas essas políticas econômicas e sociais. A partir dessa realidade, percebemos que estamos construindo

“Um modelo econômico factível com um projeto de construção de nação é aquele que concilia desenvolvimento econômico e social (com planejamento estatal) com fortalecimento da democracia via participação política cada vez mais intensa da população, juntamente com a consolidação da cidadania e dos direitos”

um projeto de nação que contempla o desenvolvimento econômico e social num contexto democrático, tal como Furtado planejava e sonhava desde a década de 1950.

IHU On-Line - O nacional desenvolvimentismo ainda é um fator fundamental quando se pensa a construção da nação? Por quê?

Wilson Vieira - Sim, mas feitas as devidas adaptações temporais e históricas, porque o nacional-desenvolvimentismo deve ser entendido como uma ideologia e uma prática político-econômica das décadas de 1950 e 1960, na qual o desenvolvimento econômico deveria ser impulsionado pelo Estado com forte participação do capital estatal, seguido pelo capital privado nacional e pelo capital privado internacional. Dentro do nacional-desenvolvimentismo, havia diferenças internas quanto à participação do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento econômico, que ia desde nenhuma participação, passando por uma pequena presença (e com controles) até uma expressiva participação (com ou sem

controles).

Feitas as devidas adaptações temporais, ou seja, levando em conta os fenômenos da mundialização do capital (ou globalização) e da reestruturação produtiva que vem ocorrendo desde meados da década de 1970, vimos o nacional-desenvolvimentismo como um fator fundamental para pensar a construção da nação.

IHU On-Line - Que modelo econômico é factível com um projeto de construção da nação? Que características devem fazer parte desse modelo?

Wilson Vieira - Um modelo econômico factível com um projeto de construção de nação é aquele que concilia desenvolvimento econômico e social (com planejamento estatal) com fortalecimento da democracia via participação política cada vez mais intensa da população, juntamente com a consolidação da cidadania e dos direitos.

IHU On-Line - Há 50 anos, quando escreveu *Formação Econômica do Brasil*, Furtado descreveu a realidade brasileira e mostrou uma preocupação com as disparidades regionais, o que dificultava a ideia de construção da nação. Hoje, que avaliação o senhor faz, de modo geral, das economias regionais? Com que intensidade essas disparidades ainda permanecem no cenário nacional e de que maneira elas dificultam o desenvolvimento econômico e o processo de construção da nação?

Wilson Vieira - Sobre as economias regionais, percebemos ainda um quadro que apresenta disparidades econômicas e sociais entre as regiões. Porém, graças às políticas de desenvolvimento regional iniciadas com a SUDENE², houve uma diminuição das disparidades mais gritantes entre as regiões,

² Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene): entidade de fomento econômico desenvolvimentista brasileira, destinada a promover soluções sócio-econômicas à Região Nordeste do Brasil, periodicamente afetada por estiagens e com populações com baixo poder aquisitivo e pouca instrução educacional. Sua sede está localizada na cidade do Recife, no estado de Pernambuco. Foi criada pela Lei 3.692, de 1959, e idealizada no governo do presidente Juscelino Kubitschek, tendo à frente o economista Celso Furtado, como parte do programa desenvolvimentista então adotado. (Nota da IHU On-Line)

mas que não foram solucionadas, pois ainda permanece a predominância da Região Sudeste sobre as outras regiões (em especial entre o sul do estado de Minas Gerais e sul do estado do Rio de Janeiro e todo o estado de São Paulo), seguida da Região Sul.

Se essas disparidades não forem solucionadas (acreditamos que serão), o risco que se corre é o da fragmentação da economia nacional, na qual haveria regiões com plena integração aos circuitos econômicos internacionais (com atração de investimentos nacionais e estrangeiros), e outras totalmente (ou parcialmente) marginalizadas desses circuitos, situação que poderia levar a uma demora ainda maior no processo de construção da nação Brasil.

IHU On-Line - O Brasil carece de um projeto de desenvolvimento econômico que leva em conta a construção de um projeto de nação?

Wilson Vieira - Acreditamos que não, apesar de defendermos que esse projeto carece de uma participação mais forte ainda do Estado.

IHU On-Line - É possível, na conjuntura atual, recuperar a construção interrompida, da qual falava Furtado? Ou, pelo contrário, a política econômica atual enfatiza ainda mais essa descontinuidade?

Wilson Vieira - Sim, como podemos observar no aumento da participação do Estado, nos projetos de desenvolvimento econômico e social, apesar da política econômica (em alguns momentos) priorizar o combate à inflação com medidas inibidoras do crescimento, mesmo com o governo atual trabalhando com medidas compensatórias a tal inibição.

IHU On-Line - Agora, farei um questionamento que o senhor aponta em sua pesquisa: a interrupção do desenvolvimento econômico proposto por Furtado implica necessariamente em interrupção da construção da nação?

Wilson Vieira - Sim, porque o desenvolvimento econômico é um dos elementos que unifica e constrói a nação, que cria laços de solidariedade entre as regiões.

SIGA O TWITTER DO IHU

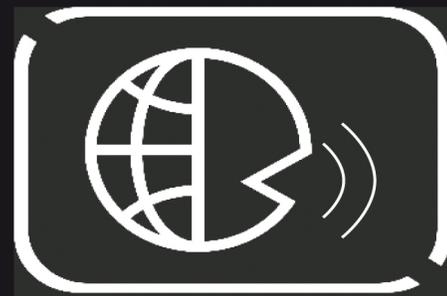


http://twitter.com/_ihu

ACESSE OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE.



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA
WWW.IHU.UNISINOS.BR



A televisão brasileira: pública ou privada?

POR ALÉXON GABRIEL JOÃO*

Seja no modelo público ou no modelo privado, em ambos os casos o público é corresponsável pela qualidade da programação. Isso porque as TVs se utilizam de concessão de direito público para a transmissão de seus programas. Sendo assim, é preciso, acima de tudo, que a sociedade esteja mais envolvida nos debates sobre concessão pública e renovação de contratos.

Quando a televisão surgiu disponibilizada como uma tecnologia, ela estava restrita localmente ou apenas era privilégio de poucas pessoas com certo poder aquisitivo. Ao ser possível tecnologicamente expandir o seu alcance, passou a atingir todo o território nacional, sendo assim utilizada por muitos governos de países em desenvolvimento como ferramenta para criar, em seus vastos e distantes territórios, uma consciência de união nacional. Em pouco tempo, conquistou o fascínio de todos, ocupando o lugar que antes era do rádio. A possibilidade de unir áudio, imagens em movimento e transmissão em tempo real proporcionou à TV um fascínio inimaginável.

Na verdade, todos os benefícios trazidos pela televisão devem estar relacionados diretamente ao tipo de difusão pretendida. Ou esta teria um modelo comercial, direcionada a conquistar público, à venda de produtos, à promoção de sua programação; ou teria um modelo público hipoteticamente com sua

gestão sob influência direta da sociedade civil organizada. Neste segundo caso, o modelo aponta para um conselho de representantes como controlador desse tipo de TV, não devendo estar subordinada nem às regras do mercado nem ao controle do poder político. Este conceito, o de TV pública-estatal, deve ter um cunho social, sendo gratuita, e atingir toda a população.

O paradoxo é que independente do modelo de exploração, sempre se trata de uma concessão do Estado; portanto, de um serviço de tipo público. No primeiro caso, mesmo que focado em objetivos comerciais, não deixa de ser um serviço prestado para a população, porque a licença do canal passa pelo poder concedente (no caso brasileiro, o governo central) através de contratos de concessão e com conteúdo supostamente fiscalizado pelo poder público. Pelo menos é o que se espera de países em via de desenvolvimento.

Analisar a TV, no Brasil, é uma tarefa instigante, haja vista os contornos

* Jornalista, Mestre em Comunicação Social e Integrante e Pesquisador do Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade (CEPOS), do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPG-CC) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Email: alexon_gabriel@ig.com.br.

que ela toma a partir de sua implantação. Em 1950, quando Assis Chateaubriand trouxe, para o Brasil, a TV, ela chegou aqui privada (sendo os primeiros aparelhos contrabandeados) e com intenções claramente comerciais, seguindo o modelo norte-americano. A forma de exploração já nasce como modelo de negócio cujas receitas vêm através de mensagens publicitárias.

Desde então, o padrão continua. As concessões estão nas mãos de grandes grupos; Rede Globo, SBT, Record, Bandeirantes, CNT e Rede TV.

A contrapartida do modelo, as formas público-estatal, educativa e público não-estatal, ainda estão inacabadas e por demais influenciadas pelo modelo comercial privado. A TV pública no Brasil teve sua inauguração datada em 1967 e 1969 com as TVs Universitária de Recife e a TV Cultura de São Paulo. É importante ressaltar que esse tipo de emissora no país ainda não garantiu o espaço que merece. O principal obstáculo enfrentado para a implantação de um modelo de TV pública no país é a garantia de independência financeira. Somente assegurando a dotação orçamentária necessária para a sobrevivência de projetos é que esta poderá se guardar de possível (e provável) interferência externa.

Tanto o modelo privado quanto o público são justificáveis em uma sociedade de democracia representativa e modo de produção capitalista. O que é importante refletir diz respeito à participação de cada um desses mo-

“Tanto o modelo privado quanto o público são justificáveis em uma sociedade de democracia representativa e modo de produção capitalista. O que é importante refletir diz respeito à participação de cada um desses modelos na construção de telespectadores-cidadãos”

delos na construção de telespectadores-cidadãos. Se, por um lado, tem a TV privada cuja atividade-fim é a rentabilidade comercial, por outro, temos a TV pública que deveria se diferenciar trazendo, ao conhecimento do grande público, programas educativos voltados para a construção de outro tipo de cidadão. Estes conteúdos seriam muito mais críticos e com mergulho nos temas abordados. Nesse quesito, por sua “espetacularização” de baixo custo, a TV privada deixa a desejar já que seus

programas oferecem um conteúdo raso, estimulando conscientemente a adoção de valores estéticos, éticos e morais cuja realização gera expectativas de consumo frustrado, causando sensações de fora (exteriores) das realidades de grande parte da popularização.

Concluo, ressaltando a importância de criar programas que se diferenciem da grande maioria dos programas veiculados nas televisões privadas. Hoje, existe certo comodismo quando o assunto é programação televisiva. Tornou-se mais fácil e acessível assistir àquilo que é mais conveniente pela banalização do consumo embalado em gêneros consagrados. Reconheço que as parcelas organizadas são quem deveria exigir uma programação de melhor qualidade, indo ao encontro de suas convicções e anseios. Se os telespectadores são responsáveis por esse acômodo, a maior responsabilidade está com as direções e proprietários de veículos. Por detrás da programação das emissoras está uma concessão pública, utilizada para assegurar audiência e assim garantir milhões de reais a custa de uma sociedade despreparada. Isto não é “natural” e é fruto de correlação de forças. Pensar em outra televisão, dotada de programas que respeitem e estimulem a inteligência, tenham preceitos educativos e não banalizem a sexualidade alheia deve passar necessariamente pelo constrangimento dos proprietários de meios, visando elevar a capacidade crítica e cognitiva da maior parte da população do país.

Curso de Especialização na Unisinos

Estratégias e Processos em Televisão Digital

Início: 14 de maio de 2010

Coordenação: Prof. Dr. Valério Cruz Brittos e Prof. MS. Paola Madeira Nazário

Informações: Secretaria das Especializações - Ciências da Comunicação

Fone: (51) 3590-8131 / (51) 3012-1383

www.unisinos.br/educacaocontinuada

Inscrições abertas

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 27-4-2010 a 30-4-2010.



Novo código de ética médica: “a medicina brasileira entra no século XXI”
Entrevista com Léo Pessini
Confira nas Notícias do Dia de 27-04-2010
Disponível no link <http://migre.me/AOr8>

Entrou em vigor, no dia 13 de abril, o novo Código de Ética Médica. Uma das resoluções desse novo documento é que os médicos não devem mais praticar tratamentos desnecessários em doentes terminais, por exemplo, trazendo à tona questões como a ortotanásia.



Haiti. O ensino superior depois da tragédia
Entrevista com Sebastião Nascimento
Confira nas Notícias do Dia de 28-04-2010
Disponível no link <http://migre.me/AOtb>

Antes dos terremotos, o Haiti tinha uma única universidade pública, a Universidade de Estado do Haiti, que enfrentava problemas para oferecer vagas, não tinha campus central ou biblioteca. Nascimento faz parte de um grupo de pesquisa que estava no Haiti durante os terremotos e viu os problemas no ensino superior se agravarem. O grupo firmou um acordo de cooperação entre os dois países, visando à recuperação das atividades acadêmicas no país.

tos e viu os problemas no ensino superior se agravarem. O grupo firmou um acordo de cooperação entre os dois países, visando à recuperação das atividades acadêmicas no país.



Brasil: 2010-2015. Desafios e possibilidades
Entrevista com Márcio Pochmann
Confira nas Notícias do Dia de 29-04-2010
Disponível no link <http://migre.me/AOxx>

Este ano eleitoral traz à tona os desafios que permearão a sociedade brasileira nos próximos anos. Para o economista e presidente do IPEA, Márcio Pochmann, a próxima eleição pode consagrar de vez a continuidade de uma política mais organizada e articulada.



Conflitos no campo. “Estados que lideram o ranking são os do agronegócio”
Entrevista com Carlos Walter Porto Gonçalves
Confira nas Notícias do Dia de 30-04-2010
Disponível no link <http://migre.me/AOyW>

Um dos dados que o 25º relatório dos conflitos no campo, divulgado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), destaca é que o nível de violência nessa área voltou a aumentar a partir de 2003. Gonçalves corrobora a conclusão da pesquisa.

Leia as Notícias do Dia no sítio do IHU
www.ihu.unisinos.br



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

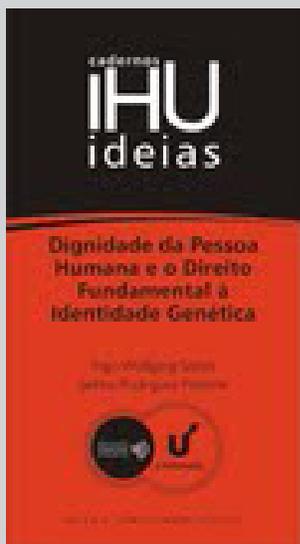
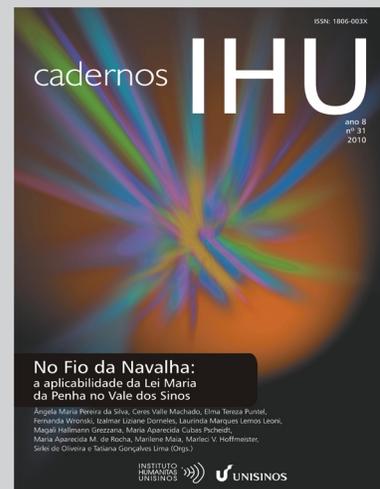
IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR

XII Simpósio Internacional IHU A experiência missioneira território, cultura e identidade

De 25 a 28 de outubro de 2010

Informações e inscrições:

(51) 3590 8474 ou 3590 8223 • www.ihu.unisinos.br

Local: Anfiteatro Pe. Werner • Av. Unisinos, 950 • São Leopoldo • RS



OBJETIVO GERAL

Refletir sobre a experiência missioneira jesuítica nos 400 anos da fundação das primeiras reduções da Província da Companhia de Jesus do Paraguai numa perspectiva multidisciplinar.

O Simpósio, destinado a professores(as), pesquisadores(as), estudantes universitários(as) e comunidade em geral, inclui, em sua programação, apresentação de comunicações e pôsteres.

ATIVIDADES CULTURAIS

Missa Terra sem Males

Texto: Dom Pedro Casaldáliga/Pedro Tierra

Música: Martin Coplas

Missa de Santo Inácio

Orquestra e Coral Unisinos

Lançamento nacional do "Atlas Territorial e Urbano das Missões Jesuíticas dos Guaranis".

Prof. MS. Ramón Gutiérrez - UNESCO - Argentina

CONVIDADOS JÁ CONFIRMADOS:

Prof. Dr. Adone Agnolin - USP

MS. Aley Cheniche - RS

Profa. Dra. Ana Luísa Janeiro - Universidade de Lisboa - Portugal

Prof. Dr. André Luis Ramos Soares - UFSM

Prof. Dr. Antônio Brand - UCDB

Prof. Dr. Arno Kern - PUCRS

Prof. Dr. Artur Barcelos - FURG - RS

Prof. Dr. Bartolomeu Meliá - Centro de Estudos Paraguyos

Antonio Guasch (CEPAG) - Paraguai

Profa. Dra. Beatriz Franzen - IHGRS

Prof. Dr. Cláudio Carle - UFPel

Profa. Dra. Cristina Pompa - CEBRAP - USP

Esp. Décio Audriotti - RS

Prof. Dr. Eduardo Neumann - UFRGS

Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck - Unisinos

Profa. Dra. Eloisa Capovilla Ramos - Unisinos

Prof. Dr. Ernesto Maeder - Universidad San Martín - Argentina

Prof. Dr. Fernando Torres Loudoño - PUCSP

Prof. Dr. Giovanni José da Silva - UFMS

Profa. Dra. Graciela Chamorro - UFGD

Prof. Dr. Guillermo Wilde - Universidad San Martín - Argentina

Prof. Dr. Jairo Rogge - IAP - Unisinos

Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos - UFSM

Prof. Dr. Karl-Heinz - UFPA

Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins - Unisinos

Profa. Dra. Mirian Rossini - UFRGS

Profa. Dra. Paula Montero - CEBRAP - USP

Prof. Dr. Pedro Ignacio Schmitz - IAP - Unisinos

Prof. Dr. Rafael Chambouleyron - UFPA

Prof. MS. Ramón Gutiérrez - UNESCO - Argentina

Profa. Dra. Raquel Machado Rech - Natq - Santo Ângelo

Prof. Dr. Tau Golín - UPF

Profa. Dra. Thais Lúcia Colaço - UFSC

Promoção:



Apoio:



Agenda da Semana

Confira os eventos dessa semana realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Dia 04/5/2010
<p>Ciclo de Estudos Filosofias da diferença - Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana Dr. Mario Fleig - Unisinos Freud e o inconsciente Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Horário: 19h30min às 22h</p>
Dia 06/5/2010
<p>IHU ideias Débora Bauermann Deu um branco na psicologia? Relações étnicorraciais como desafio à psicologia Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Horário: 17h30min às 19h</p>
Dia 10/5/2010
<p>EAD - Espaço de Espiritualidade I - Abrir os olhos (5ª Edição) Etapa 4: O olhar de Deus</p>

EVENTOS DOS PARCEIROS DO IHU

Dia 08/5/2010
<p>Oficina de espiritualidade inaciana Local: Centro Burnier Fé e Justiça, Rua Pe. Remeter, 92 - Bairro Baú, Cuiabá, MT Horário: 7h30min às 12h30min</p>

XII Simpósio Internacional IHU

**A Experiência Missioneira:
território, cultura e identidade
Informações em
www.ihu.unisinos.br**

Eventos

Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem

Historiador e filósofo Pedro de Alcântara Figueira analisa a obra marxista e diz que, para esse autor, o comunismo era consequência do próprio desenvolvimento social

POR GRAZIELA WOLFART E MÁRCIA JUNGES

“**M**arx criticava duramente aqueles que pensavam que boas ideias poderiam levar os homens a percorrer um caminho justo e, assim, chegar à igualdade. Para ele, os homens não são o que pensam que são, mas sim aquilo que eles produzem”, assinala o historiador Pedro de Alcântara Figueira na entrevista que concedeu, por e-mail, à IHU On-Line. Para Marx, o comunismo é consequência do próprio desenvolvimento social. “São as forças produtivas, criadas no decorrer das diferentes formas de organização social, que vão, aos poucos, tornando a exploração do trabalho alheio, a exploração de uma classe sobre outra, obsoleta”. Sobre a importância desse autor para o pensamento econômico, afirma que foi “demonstrar que a produção da riqueza, na sociedade de classes, não pode prescindir da produção da miséria porque, ao contrário do que parecia à primeira vista, é a produção da miséria que gera a riqueza”.

Pedro de Alcântara Figueira é historiador e filósofo, foi pesquisador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB e um dos criadores da História Nova. Atualmente, é um dos editores da Editora Segesta.

Em 17-05-2010, acontece o Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010, com o título *A (anti)filosofia de Karl Marx - Karl Marx, 1818-1883*. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que é mais importante destacar na obra e no pensamento de Karl Marx? Pedro de Alcântara Figueira
- Num de seus primeiros escritos, *A Ideologia Alemã*, Marx chama a aten-

ção para uma questão que, a seu ver, é essencial a seu pensamento. Para Marx, o comunismo não é o resultado ou a consequência de uma boa ideia. Os homens não chegam a uma sociedade comunista porque a creem melhor e mais justa do que as demais formas de organização social. O comunismo, para Marx, é consequência do próprio desenvolvimento social. São as forças produtivas, criadas no decorrer das diferentes formas de organização social, que vão, aos poucos, tornando a exploração do trabalho alheio, a exploração de uma classe sobre outra, obsoleta. As classes, que por muito tempo permitem o desenvolvimento social, a partir de um determinado es-

tágio de seu próprio desenvolvimento, transformam-se no seu oposto, isto é, começam a atrapalhar este mesmo desenvolvimento. A sociedade não precisa mais delas e passa a se organizar para viver sem elas, isto é, viver no comunismo.

IHU On-Line - Qual a principal contribuição de Marx para o pensamento econômico clássico, principalmente da obra *O Capital*?

Pedro de Alcântara Figueira - Desde sempre, os homens procuraram explicar a si mesmos o que eram e porque viviam de tal ou qual maneira. A Economia Política, ou economia clássica, constitui uma destas tentativas

1 Karl Heinrich Marx (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Marx foi estudado no Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. A edição número 41 dos *Cadernos IHU ideias*, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://migre.me/s7lq>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da IHU On-Line, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível para download em <http://migre.me/s7lF>. (Nota da IHU On-Line)

de explicação da sociedade humana. Por que produzir a vida de uma forma e não de outra, por que assim e não de outro modo? Por que produzir tanta riqueza em meio a tanta pobreza? A pobreza seria, mesmo, inevitável? A economia clássica chegou a formular a ideia de que seria possível acabar com a pobreza, produzindo muita riqueza. Quanto mais riquezas produzissem, mais haveria trabalho para todos e, assim, não haveria pobres. No entanto, os pensadores mais profundos e mais importantes da economia política começaram a perceber que aquilo que eles afirmavam com tanta convicção não se confirmava na realidade, pois, em meio à imensa riqueza que era produzida, a miséria tornava-se também descomunal.

A grande importância de Marx para o pensamento econômico consistiu em demonstrar que a produção da riqueza, na sociedade de classes, não pode prescindir da produção da miséria porque, ao contrário do que parecia à primeira vista, é a produção da miséria que gera a riqueza. Uma parte, cada vez maior, do trabalho realizado, parte que Marx chamou de mais-valia, não é paga ao trabalhador. Embora, aparentemente, o salário seja o pagamento do trabalho, Marx mostrou que o salário só paga uma parte, bem pequena, do trabalho realizado. Assim, quanto maior o produto do trabalho, menor, proporcionalmente, a parte que cabe àquele que o realizou. Por isso, para Marx, o comunismo, que consiste em dividir o produto do trabalho entre toda a sociedade, eliminando, portanto, a sua divisão em classes, é a única condição de uma sociedade igualitária.

IHU On-Line - Em que sentido Marx pode ser apontado ainda como um pensador atual para a economia?

Pedro de Alcântara Figueira - Embora Marx tenha escrito *O Capital* na segunda metade do século XIX, ele é um pensador mais atual do que nunca. Sua atualidade advém de que, hoje, mais do que à sua época, as condições que ele pressupunha necessárias à organização da sociedade em moldes comunistas estão, elas também, mais maduras do que nunca. À época de Marx, o capitalismo não apenas não havia

ainda se desenvolvido plenamente, como restavam, em muitas partes do mundo, muitos resquícios de formas sociais anteriores ao próprio capitalismo. Neste último século, no entanto, o capitalismo desenvolveu-se plenamente e atingiu as mais remotas regiões. O mundo, hoje, é muito mais igual do que à época de Marx e, por isso, mais do que então, seu pensamento de um mundo sem classes torna-se viável.

IHU On-Line - O que podemos entender pela (anti) filosofia de Karl Marx?

Pedro de Alcântara Figueira - É difícil catalogar o pensamento de Marx, embora muitos o tenham tentado. Assim, às vezes, o encontramos classificado como filósofo, outras vezes, como historiador, ou ainda mais frequentemente como economista. Sua concepção da vida humana, no entanto, entendida como uma totalidade, uma forma de organização da vida, torna esta particularização equivocada. Para Marx, e esta é uma questão essencial a seu pensamento, o comunismo não é uma ideia filosófica. Não é uma ideia a que chegaram alguns grandes pensadores revoltados com a injustiça social. Ao contrário de pensadores como Rousseau², por exemplo, que achavam que a sociedade tinha percorrido um caminho errado e que, por isso, achava-se num mau caminho, cheio de injustiças e maldades, Marx afirmava que a sociedade humana havia percorrido um caminho real, e nenhuma ideia, boa ou má, poderia afastá-la de sua realidade. Marx criticava duramente aqueles que pensavam que boas ideias poderiam levar os homens a percorrer um caminho justo e, assim, chegar à igualdade. Para ele, os homens não são o que pensam que são, mas sim aquilo que eles produzem. Tal como se

² Jean Jacques Rousseau (1712-1778): filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do romantismo. As ideias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. (Nota da IHU On-Line).

produzem, assim são eles. Portanto, se os homens produzem as classes, a sua sociedade é dividida em classes. Só quando - e se vierem a fazê-lo - produzirem uma sociedade sem classes, poderão viver uma igualdade social. Os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem.

IHU On-Line - Por que é impossível conciliar marxismo e nacionalismo?

Pedro de Alcântara Figueira - Por tudo que dissemos até agora, o nacionalismo é incompatível com o marxismo porque o nacionalismo propõe soluções para os problemas portas adentro de uma região ou um país. Para Marx, os problemas sociais não podem ser enfrentados senão na sua universalidade. Sequer o capitalismo é compatível com o nacionalismo, pois o capitalismo exige o mundo como território de implantação. O capitalismo, em seu processo de desenvolvimento, é expansionista, e, em seu processo de expansão, cria as condições para um posterior desenvolvimento do marxismo que, por sua vez, só pode se desenvolver lá onde existam condições universais criadas para a produção da igualdade social. O marxismo desenvolve-se na universalidade produzida pelo capitalismo.

IHU On-Line - Qual é a contribuição do marxismo para a esquerda política, principalmente pensando no cenário político brasileiro atual?

Pedro de Alcântara Figueira - As ideias marxistas vêm desenvolvendo-se no Brasil, tal como em todo o mundo. Mas, por mais que o nacionalismo seja incompatível com o marxismo, o desenvolvimento do marxismo obedece às diferentes conformações da história de cada país. O marxismo desenvolve-se num espaço e em condições criadas pelo capitalismo e vê-se obrigado a levar em conta estas especificidades sob pena de desenvolver-se num mundo irreal. Assim, nos Estados Unidos, por exemplo, o desenvolvimento de proposições marxistas não pode se realizar sem levar em consideração o papel que a desigualdade racial desempenhou na produção da desigualdade social. O mesmo raciocínio vale para situações tão dramáticas quanto as vividas pe-

los povos africanos, os palestinos etc. A radicalização das lutas políticas tais como as havidas na Indonésia, Argentina, Chile e Bolívia, por exemplo, decorre da radicalização do domínio de classes sob o capitalismo. Em países em que deve-se considerar um imenso progresso ser eleito presidente um negro, como nos Estados Unidos, ou, como no caso brasileiro, um operário metalúrgico, ou um índio, na Bolívia, nos dá a dimensão das dificuldades reais que uma proposição de igualdade social tem que enfrentar. Para Marx, esta radicalidade - conquanto dolorosa - é inevitável, pois, segundo ele, os que tudo detêm nada entregarão senão mediante uma luta árdua, tenaz e constante. As formas destas lutas, que são várias, conquanto inevitáveis, podem, no entanto, ser conduzidas de modo a diminuir, nas palavras de Marx, as dores do parto de uma nova sociedade.

IHU On-Line - Quais são as principais influências filosóficas que Marx sofreu e como elas aparecem na sua obra?

Pedro de Alcântara Figueira - Afirma-se que Marx costumava dizer que sua máxima preferida era aquela que afirmava “que nada do que é humano me é alheio”. O estudioso de Marx verá que esta é uma assertiva cheia de sentido para ele. Preocupado em entender o homem, sua produção e as possibilidades de superação da exploração e miséria em que vivia e vive a maior parte do gênero humano, Marx não podia abrir mão de nenhum pensamento que lhe permitisse atingir o grau de conhecimento da sociedade que o marxismo representa. As referências que encontramos em suas obras, as anotações em seus cadernos, as cartas que escreveu, atestam que Marx não acreditava possível que se pudesse propor a transformação social sem o mais profundo conhecimento de todos aqueles pensadores que refletiram sobre a questão.

“As ideias marxistas vêm desenvolvendo-se no Brasil, tal como em todo o mundo. Mas, por mais que o nacionalismo seja incompatível com o marxismo, o desenvolvimento do marxismo obedece às diferentes conformações da história de cada país”

De Aristóteles³ a Thomas Morus⁴, de Balzac⁵ a Sismondi⁶, de Adam Smith⁷ e

³ **Aristóteles de Estagira** (384 a.C. - 322 a.C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Suas reflexões filosóficas — por um lado originais e por outro reformuladoras da tradição grega — acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou inigualáveis contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da IHU On-Line)

⁴ **Thomas Morus** (1478–1535): advogado, escritor, político e humanista inglês. Foi executado por ordem do rei Henrique VIII e posteriormente canonizado pela Igreja Católica com o nome de São Thomas Morus. Sua obra mais famosa é *Utopia*, de 1516. (Nota da IHU On-Line)

⁵ **Honoré de Balzac** (1799-1850): dramaturgo francês, autor do conjunto de romances *Comédia Humana*. Representante da transição na passagem do romantismo para o realismo, ele mistura aspectos das duas tendências. (Nota da IHU On-Line)

⁶ **Jean-Charles-Léonard Simonde de Sismondi** (1773-1842): economista e historiador suíço. Nos seus últimos anos de atividade profissional, escreveu a *Histoire des français* (1821-1844). (Nota da IHU On-Line)

⁷ **Adam Smith** (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica. A *Riqueza das Nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para um novo entendimento do mecanismo econômico da sociedade, quebrando paradigmas com a proposição de um sistema liberal, ao invés do mercantilismo até então vigente. Outra faceta de destaque no pensamento de Smith é sua percepção das sofríveis condições de trabalho e alienação às quais os trabalhadores encontravam-se submetidos com

Ricardo⁸ a todos os economistas, Marx não teve jamais qualquer preconceito em ir buscar o conhecimento onde quer que ele estivesse melhor formulado. Ao contrário, surpreendia-se com aqueles que, embora militantes, propunham-se a esta grandiosa tarefa acreditando dispensável o mais profundo conhecimento de tudo o que de melhor produziu o pensamento humano em todas as diferentes épocas históricas. Marx era implacável com os aventureiros bem intencionados. Exigia dos que se propunham a acompanhá-lo o mesmo rigor científico que exigia de si.

o advento da Revolução Industrial. O Instituto Humanitas Unisinos promoveu, em 2005, o I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. No segundo encontro deste evento, a professora Ana Maria Bianchi, da USP, preferiu a conferência **A atualidade do pensamento de Adam Smith**. Sobre o tema, concedeu uma entrevista à IHU On-Line número 133, de 21-03-2005, disponível em <http://migre.me/xQmm>. Ainda sobre Smith, confira a edição 35 do Cadernos IHU ideias, de 21-07-2005, intitulado *Adam Smith: filósofo e economista*, escrito por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível para download em <http://migre.me/xQnc>. Smith foi o tópico número 1 do Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2009, estudado de 13-04-2009 a 02-05-2009. O Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010, em seu primeiro módulo, falou sobre *Adam Smith: filósofo e economista*. Para conferir a programação do evento, visite <http://migre.me/xQsg>. (Nota da IHU On-Line)

⁸ **David Ricardo** (1772 - 1823): economista inglês, considerado um dos principais representantes da economia política clássica. Exerceu uma grande influência tanto sobre os economistas neoclássicos, como sobre os economistas marxistas, o que revela sua importância para o desenvolvimento da ciência econômica. Os temas presentes em suas obras incluem a teoria do valor-trabalho, a teoria da distribuição (as relações entre o lucro e os salários), o comércio internacional, temas monetários. A sua teoria das vantagens comparativas constitui a base essencial da teoria do comércio internacional. Demonstrou que duas nações podem beneficiar-se do comércio livre, mesmo que uma nação seja menos eficiente na produção de todos os tipos de bens do que o seu parceiro comercial. Ao apresentar esta teoria, usou o comércio entre Portugal e Inglaterra como exemplo demonstrativo. O Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010, em seu segundo módulo, fala sobre *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo*. Para conferir a programação do evento, visite <http://migre.me/xQsg>. (Nota da IHU On-Line)

Escola de Formação Fé e Política publica coletânea sobre *Caritas in Veritate*

Em sua 7ª edição, a Escola de Formação Fé, Política e Trabalho, parceria entre a Diocese de Caxias do Sul, através da Cáritas Diocesana, e o Instituto Humanitas Unisinos - IHU, publicou, em fevereiro deste ano, a sua nova coletânea Fé e Política de notícias e artigos.

Com quase 80 páginas, a publicação está centrada nas repercussões divulgadas pela imprensa nacional e internacional à encíclica do Papa Bento XVI *Caritas in Veritate*. Como indica a introdução da publicação, “a maior parte da coletânea foi retirada do sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU”.

Nesta nova coletânea, o contexto social analisado é o da crise financeira, no qual o Papa propõe a carida-

de, ligando-a ao mundo do trabalho, da economia e do desenvolvimento. Assim, nas notícias e artigos republicados, busca-se refletir sobre temas como o mercado, orientado para o bem comum, baseado na ética da responsabilidade, da justiça social e da solidariedade; a globalização olhada no seu aspecto positivo para a humanidade; a denúncia da lógica especulativa e da maximização do lucro afirmado no mito da eficiência e na exclusão de muitos; o desenvolvimento, a centralidade da pessoa e a responsabilidade diante do meio ambiente; a economia solidária que vai além da lógica da troca e do lucro em si mesmo.

Há sete anos, a Escola congrega participantes de vários municípios do Estado para responder ao

desafio de construir uma sociedade solidária e repensar mais radicalmente a doutrina social da Igreja, desenvolvendo a reflexão ética acerca das novas questões políticas e sociais. Por isso, a coletânea colabora na intenção da Escola de “construir um espaço de reflexão e debate, aprofundamento dos temas que nos desafiam neste nosso tempo, iluminados pelo Ensino Social da Igreja”.

Na sua edição de 2010, a Escola está dividida em 10 etapas ao longo do ano, com diversos temas relevantes para a formação e a articulação de lideranças nos vários âmbitos de atuação da realidade, a partir do Ensino Social da Igreja. Para saber mais informações acesse <http://bit.ly/99lbBg>

XI Simpósio Internacional IHU:

O (des)governo biopolítico da vida humana

Informações em
www.ihu.unisinos.br

IHU Repórter

Cecília Pires

POR PATRÍCIA FACHIN | FOTOS ARQUIVO PESSOAL

Na fala da professora Cecília Pires, é possível perceber seus sentimentos de criança e de filósofa. A preocupação com temas recorrentes como justiça, igualdade e direitos humanos está presente na forma como ela analisa o mundo e as relações entre as pessoas. Filha de um ex-fazendeiro português e mãe operária, Cecília reúne, em sua vida, a luta de classes. “As questões da justiça e das injustiças sempre me chamaram muito a atenção desde pequena. A sociedade hierarquizada sempre me incomodou”. Na entrevista que segue, concedida à **IHU On-Line**, ela resgata aspectos interessantes da vivência no período da Ditadura Militar, analisa as conquistas e seus sonhos para o futuro. Confira.



Origens - Nasci na região das Missões, na cidade de Santiago. Costumo dizer que fui um ente que entrou na vida e na natureza, pedindo licença porque o meu pai tinha 76 anos quando eu nasci. Ele faleceu com 102 anos, me viu crescer, me formar. Tenho mais uma irmã.

Pai - A rigor, meu pai parecia mais um ícone no sentido de que era um velhinho, mas uma pessoa muito lúcida. Ele gostava de ler e apesar de não ter feito uma educação superior, tinha uma cultura própria e foi uma das primeiras pessoas a me falar sobre Filosofia, me contava a história de Sócrates e dos filósofos. Minha mãe era costureira, uma mulher muito trabalhadora. Ela me iniciou nas questões da religiosidade. Tínhamos uma vida muito tranquila, morávamos numa casa grande, com um pátio enorme e podíamos colher as frutas das árvores.

Pensamento - As ideias que tenho hoje estão diretamente relacionadas às minhas origens. Meu pai, antes de eu nascer, tinha sido um grande fazendeiro. Com a crise econômica de 29, ele perdeu todos os bens. Costumo dizer que fiquei com a fotografia das fazendas. Minha mãe, por outro lado,

veio de uma classe operária. Então, reúno em mim a luta de classes porque meu pai era de origem portuguesa, de uma burguesia ascendente e minha mãe, era indígena. A bisavó dela era índia Guarani de tribo. Eu não sei uma palavra em Guarani, o que acho uma lástima, mas essa vivência de duas realidades, de certa forma antagônicas, é muito importante na minha vida.

Estudos - Fui educada num colégio religioso de Santiago, da Congregação das Filhas do Sagrado Coração de Jesus. Cursei a graduação na Universidade Federal de Santa Maria de 1966 a 1969, em plena Ditadura Militar. Fiz parte do grupo de pessoas resistentes à Ditadura.

Filosofia - O interesse pela Filosofia vem do incentivo de meu pai e de uma curiosidade própria minha de entender as pessoas e as relações entre os indivíduos. As questões da justiça e das injustiças sempre me chamaram muita atenção desde pequena. Sempre vi muita divisão entre as pessoas em função de classes, raças, sexo, poder. A sociedade hierarquizada sempre me incomodou.

Viver no período da Ditadura - Quando morava em Santiago, fazia

parte da Juventude Estudantil Católica - JEC. Já em Santa Maria, na UFSM, nos debates na sala de aula do curso de Filosofia que, naquele período, era muito operado pelos padres palotinos, tínhamos a sensação de medo, mas também a euforia da resistência. Também atuei como professora nesse período. Era difícil pensar nos programas de Filosofia Contemporânea e Social. Quando trabalhávamos os temas candentes, éramos mal vistos, vigiados. Mas, nunca desistimos da luta.

Militância - Durante muitos anos, em Santa Maria, coordenei a comissão de Direitos Humanos. Participei da fundação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, com Jair Kirschke. Participei, também, do “cacerolazo”, quando batíamos em panelas para fazer protestos na rua. Visitei o primeiro acampamento dos Sem Terra, fiz um comício, grávida de oito meses, chamando as mulheres para a luta da resistência, em 1980. A minha vida sempre foi filosófica.

Lições da Ditadura - O movimento pela anistia é importante porque é uma conquista nossa, embora ainda seja uma conquista parcial. Essa foi

uma luta que trouxe muito aprendizado. Conseguimos que a democracia não morresse. Essa foi a nossa luta, a luta da resistência. Faço uma avaliação de que não estamos, ainda, no nível democrático que teria de produzir o respeito ao direito de todos e a inclusão social de todos, já que o mundo é de todos. Não conseguimos a democracia além do formal, do sufrágio universal e de uma certa irresponsabilidade. Na época em que os partidos políticos (PMDB e Arena) voltaram a se organizar, ouve a compreensão de que aquele era o momento para se organizarem. Depois, as coisas tomaram outro rumo. Acho que existe, por parte das lideranças político-partidárias, um culto muito grande a sua própria personalidade, ao seu próprio desejo. Hoje, penso que talvez devêssemos repensar a questão da organização social e civil e esta poderia ocorrer por meio de conselhos. O sujeito não se sente acolhido na escuta de suas necessidades na atual estrutura formada por Estados, prefeituras.

Capitalismo totalitário - Hoje, a juventude tem outras utopias, ela vai ter de descobrir os seus processos, sair das suas letargias. A ditadura produziu uma descrença que gerou um individualismo exacerbado. Antigamente, nas universidades, tinham muitas parcerias, não tínhamos grandes bibliotecas, mas as pessoas se ajudavam, estudavam juntas, emprestavam livros, se criavam condições materiais para que todos tivessem acesso.

O capitalismo tende a ser totalitário. Quando falamos em totalitarismo, pensamos no que aconteceu na União Soviética e em outras tiranias. Mas não foi só lá. O capitalismo tomou conta do mundo hoje. A situação fracassada da União Soviética não foi socialismo, nem comunismo, foi um capitalismo de Estado, pura e simplesmente. Mas o capitalismo é a própria tirania que o homem escolheu para viver e se organizar.

Ingresso na Unisinos - Tenho 40 anos de magistério. Em 1994, me aposentei. No ano seguinte, minha filha mais velha estava morando em Porto Alegre e estudando Direito, então, minha família também mudou para a cidade. Tive

quatro filhos e meu marido faleceu muito cedo: ele teve um enfarte agudo do miocárdio e eu fiquei com quatro filhos para criar. No final de 1995, minha filha viu um anúncio no jornal Zero Hora de que a Unisinos estava precisando de professores de Filosofia e ela me inscreveu.

Comecei a trabalhar na universidade quando ela passava por um processo de construção. Em 1996, não havia um curso de pós-graduação em Filosofia. José Ivo Follmann, que sempre teve um olhar muito bom para a Filosofia, constituiu naquela época uma comissão para pensarmos o curso de mestrado. A comissão foi formada pelo Prof. Marcelo Aquino, Antonio Sidekun e eu. Fiz o pós-doutorado em Paris, incentivada pelo Pe. Marcelo Aquino. Hoje sou professora da graduação e pós-graduação. Gosto desta experiência com a juventude. Sempre procurei incentivar grupos de pesquisa e estudos com estudantes. Fiz isso na UFSM e faço hoje na Unisinos com meus alunos e temos o NEFIPO - Núcleo de Estudos em Filosofia Política, que nos auxilia muito no debate acadêmico dimensionado para a vida prática.

Mãe - A experiência de cuidar de quatro filhos foi metafísica no sentido de quase infinitude porque naquele momento eu fui o pai e a mãe dos meus filhos. Minha mãe me acompanhou sempre. Quando meu marido faleceu, tive dificuldade de voltar a trabalhar na universidade porque nós trabalhávamos no mesmo local, embora ele fosse engenheiro da matemática e eu da área da filosofia. Exigia que meus filhos fossem para o colégio até que um dia um deles disse: "Mãe, por que tu tens de ficar em casa chorando e nós temos de ir chorando para o colégio?". Neste momento, me dei conta que eu precisava reagir, que eu era a pergunta, mas também era a resposta.

Filhos - Meu filho caçula tem 25 anos, mora em Los Angeles. Uma das minhas filhas faz doutorado em História na Unisinos. A mais velha é formada em Direito e é funcionária pública federal, trabalha no Tribunal. Meu outro filho é técnico e trabalha com eletrônica.

Netos - Tenho três netos: duas me-

ninas e um menino; o quarto está a caminho. A relação com eles é muito gostosa porque é uma outra forma de eu ser mãe. É uma dimensão que tem muito afeto, carinho, mas não exige o disciplinamento que se tem de ter com os filhos por uma questão de necessidade. Vejo neles o processo do ser humano em evolução e crescimento. Há sempre um renovar nessa relação.

Estado - O Estado com o aparato de poder jurídico e político não está ao encontro das questões da sociedade como um todo. Enquanto as coisas que Marx denunciou não estiverem superadas, o marxismo não estará superado. Evidentemente temos um Estado de classe, que faz os cortes, que dissemina, estratifica.

Humanidade - Tivemos muito avanço tecnológico, mas vejo que, apesar disso, os humanos se distanciaram de si mesmos. Me parece que o homem não sabe muito bem quem ele é. Talvez tenhamos que entender melhor a dimensão concreta do indivíduo que está no nosso cotidiano.

Brasil - O Brasil começou invadido, ficou muito tempo dominado e tenta buscar a sua própria identidade, e cidadania com muita dificuldade. Mas hoje é possível ver um Brasil que começa a ser ouvido e respeitado. Isso não é resultado de apenas um grupo político, é um esforço daqueles que viveram, sobreviveram e morreram. Na minha fala ainda tem muito do meu sentimento de criança, de ver a ideia da igualdade ser possível entre as pessoas. Lembro que, quando criança, via os pobres e os negros não sentarem nos primeiros bancos da Igreja, por exemplo. Nos primeiros bancos sentavam os brancos e os ricos. Eu achava estranho, perguntava por que, mas ninguém me respondia objetivamente.

Atividades - Já publiquei livros de poesias, também lecionei como professora visitante em Belém do Pará, onde conheci meu atual companheiro, Humberto Cunha, que também é um sobrevivente da Ditadura e dos porões do Carandiru. Na época, ele foi cassa-



>> PROFESSORA CECÍLIA COM OS FILHOS

do pelo 477 e AI 5. Eu o encontrei nessa luta pelos direitos humanos. A tentativa de fazer com que a igualdade saísse da lei e fosse para a realidade, para mim, é uma questão muito forte nessa luta pelos direitos humanos. Felizmente, também encontrei em Humberto essa parceria.

Lazer - Escrevo meus versos e isso é terapêutico para mim. Não tenho muita pretensão com isso, embora faça parte da Associação de Letras. Gosto de pintar; fiz aulas de artes plásticas. Não sou uma pessoa das lidas domésticas. Como canceriana, sou quieta e gosto de acolher as pessoas. Talvez busque menos e receba mais. Pelo meu processo de timidez, não gosto de espetáculo, da cena pública, de estar na vitrine. E também não gosto de pessoas que gostam de dar espetáculo. Sou muito crítica, atenta e observadora. Análiso também a mim mesma porque tenho imperfeições como todos os seres humanos. Gosto muito de viajar. A experiência cultural das viagens é muito interessante. Isso me enriquecesse culturalmente.

Religião - Sou uma pessoa religiosa. O meu ir e vir na Igreja gira em torno da minha necessidade e liberdade pessoal. O Sagrado me toca muito, mas não faço proselitismo disso nem da forma do que eu penso filosoficamente e politicamente. As pessoas, para me contestarem, precisam me dar argumentos. Tenho muito problema com disciplinamento e regramentos que não levam a nada.

Sonhos - Enquanto estamos vivos, estamos sonhando. Quando

eu me aposentar de novo tenho vontade de trabalhar com crianças abandonadas. Acho que é preciso um olhar voltado para a infância, para pensar as crianças como presente no sentido de construir o futuro. Tenho isso como perspectiva.

Unisinos - Particpei da diretoria da Adunisinos quando ingressei na universidade. De 1996 para cá, a Unisinos cresceu muito. Naquela época, deveria existir um ou dois cursos de pós-graduação. Houve um trabalho muito sério para qualificar o ensino e torná-la uma universidade de pesquisa. Com a nova reestruturação da universidade, perdemos um pouco o contato com os colegas do cotidiano. Lembro que, quando cheguei aqui, no Centro 1, havia uma imensa sala de professores, onde nos reuníamos, contávamos piadas, conversávamos. Isso se desfez porque as pessoas passam muito tempo em seus gabinetes, com seus grupos de estudos e necessariamente não precisam conversar. Claro que todo o crescimento tem um ônus. Podemos dizer que viver e crescer dói. Então, acho que tem um pouco a dor do crescimento nesse aspecto, daquilo que era mais horizontal e mais fraterno. Sempre tenho preocupação com as metas do crescimento, qual é o limite para não deixar muitos à beira do caminho. Mas também tenho uma dimensão de credibilidade na figura de liderança que Marcelo Aquino está colocando hoje. Tenho esse voto de confiança no discernimento que ele tem de saber para onde caminha o crescimento.

IHU - Acompanho o IHU de duas formas: pelos eventos que acon-

tecem na Sala Ignacio Ellacuría - aliás achei uma excelente homenagem a um mártir -, e através da revista e do site. Tenho uma observação: vejo que o IHU é parcial. Dependendo do assunto que discute, ouve apenas uma corrente de pensamento. Poderia ter outra forma de focar os assuntos, de uma forma mais plural. Acho que as discussões são muito dirigidas. Um instituto que procura trabalhar culturalmente o debate - e acho extremamente importante os temas discutidos -, podia também fazer uma arena de debates. Uma sessão de polêmica, porque todos os assuntos têm vários lados. Não gosto quando um veículo aborda apenas um ponto de vista. Sempre existe o fato e as versões do fato. A oxigenação do pensamento é boa. A ideia de dissenso não é ruim, ela aflora a discussão.

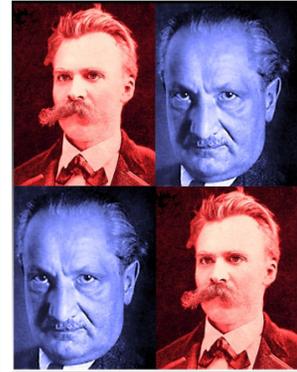
Sobre Belo Monte, por exemplo, tenho discutido com Humberto, que é agrônomo, educador popular e veio de Belém do Pará. Nos anos da Ditadura se lutou muito contra Belo Monte, por toda a destruição que a obra causaria à natureza. Mas ele me diz que hoje a obra tem outra dimensão e que a informação divulgada na mídia não é a única verdadeira. Eu vi que o IHU entrevistou vários pesquisadores contra Belo Monte, mas não ouviu nenhum a favor ou algum neutro que pudesse discutir de outro ponto de vista. Achei que ficou parcial. Não estou defendendo Belo Monte, mas penso que o debate é importante.

O IHU cumpre um papel interessante na universidade, de proporcionar eventos significativos em diversas áreas e é esclarecedor.

Destaques

Heidegger, Nietzsche e a biopolítica

Possibilitar a compreensão e a reflexão do tema central do XI Simpósio Internacional IHU O (des)governo biopolítico da vida humana, visando debater e refletir sobre a vida humana como objeto do poder e recurso útil nas estratégias biopolíticas das sociedades contemporâneas é o objetivo do **Ciclo de Estudos Filosofias da diferença**. O próximo encontro do evento será dia 11 de maio, das 19h30min às 22h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU, quando o Prof. Dr. Ernildo Stein, da PUCRS, falará a partir do tema *A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica*. Mais informações sobre o Ciclo podem ser obtidas em <http://migre.me/Bi7K>



Economia, sustentabilidade e desenvolvimento

No próximo dia 13 de maio, o tema *Economia e sustentabilidade: novos indicadores de desenvolvimento* será debatido pela Profa. Dra. Clitia Helena Backx Martins, economista, pesquisadora da FEE e professora da PUC. A atividade integra a programação do evento IHU Ideias, promovido pelo IHU, que acontece sempre das 17h30min às 19h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU. Acesse <http://migre.me/Biea> e obtenha mais informações.

Missa Terra Sem Males

No dia 25 de outubro de 2010, durante a abertura do XII Simpósio Internacional IHU - A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade será realizado na Unisinos um grande espetáculo, chamado **Missa Terra Sem Males**. Com texto de Dom Pedro Casadálga e Pedro Tierra e música de Martín Coplas, a apresentação conta com a participação de mais de 100 figurantes e com a presença de grupos indígenas guarani. O XII Simpósio Internacional IHU busca refletir sobre a experiência missioneira jesuítica nos 400 anos da fundação das primeiras reduções da Província da Companhia de Jesus do Paraguai. Para saber mais acesse <http://migre.me/BigU>



Apoio:

